

Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais | EFDH-MG

Volume 06

PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E REPARAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E REPARAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Curso de atualização em Direitos Humanos e Cidadania

V.06

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG

Reitor - Jaime Arturo Ramirez

Vice-Reitora - Sandra Regina Goulart Almeida Pró-Reitora de Extensão (PROEX)

Prof.ª Dr.ª Benigna Maria de Oliveira

Pró-Reitora Adjunta de Extensão (PROEX) Prof.ª Dr.ª Cláudia Mayorga

Faculdade de Direito - FD

Diretor - Prof. Dr. Fernando Gonzaga Jayme Vice-Diretor - Prof. Dr. Aziz Tuffi Saliba Programa Polos de Cidadania

Coordenação Acadêmica e Geral

Prof.ª Dr.ª Miracy Barbosa de Souza Gustin (FD | UFMG) Prof.ª Dr.ª Sielen Barreto Caldas de Vilhena (FD | UFMG) Prof. Dr. André Luiz Freitas Dias (FAFICH/UFMG)

Prof.ª Dr.ª Marcella Furtado de Magalhães Gomes (FD | UFMG) Prof. Fernando Antônio de Melo (Teatro Universitário/UFMG)

Coordenadora de Gestão - Fernanda de Lazari

Analista de Comunicação - Cristiano Pereira da Silva Escola de Formação em Direitos Humanos - EFDH

Coordenação: Prof.ª Dr.ª Marcella Furtado de Magalhães Gomes

Subcoordenação: Egidia Maria de Almeida Aiexe

Pesquisadora - Laís Gonçalves de Souza

EXPEDIENTE

Autor Texto Base: Maria Emília Accioli Nobre Bretan.

Revisão do conteúdo: Camila Felix Araujo, Marcella Furtado de Magalhães Gomes, Dilson José Oliveira e Evanézio Fidêncio Miranda

Revisão Gramatical: Marcella Furtado de Magalhães Gomes Diagramação e Capa: Cristiano Pereira da Silva

Coleção Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais | EFDH-MG

Direitos Humanos e Cidadania: Proteção, Promoção e Reparação dos Direitos da Pessoa Idosa V.06. Maria Emília Accioli Nobre Bretan. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016.

ISBN: 978-85-68743-07-2

1. Direito público 2. Direito constitucional
3. Direitos Humanos 4. Direitos e deveres do cidadão

CDU - 342.7

Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais | EFDH-MG

Coleção Cadernos de Direitos Humanos

PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E REPARAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

EFDH-MG | Polos de Cidadania | SEDPAC(MG)

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
1 História e Direitos	12
1.1 Quem é idoso?	13
1.2 Envelhecimento como Conquista X Aceitação da Velhice	14
1.2.1 Voltamos à primeira pergunta: o que é ser velho?	16
1.3.1 Referenciais históricos da construção do Estatuto do Idoso	23
1.3.2 Política do Estado de Minas Gerais de Amparo ao Idoso.....	26
2. Violências e Violações: perspectiva de reparação de direitos	28
2.1 Preconceito e discriminação contra a pessoa idosa	29
2.2 Violências contra a pessoa idosa	33
2.2.1 Tipos de Violência contra a Pessoa Idosa	35
2.2.1.1. Violência física.....	35
2.2.1.3 Violência psicológica ou moral	38
2.2.1.4 Violência Simbólica	38
2.2.2 Como prevenir e enfrentar a violência contra as idosas?	39
2.2.3 Vedação à violência contra a pessoa idosa no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).....	41
2.3 Responsabilização Familiar e Acesso aos Direitos Sociais	42

2.4 Educação e Sensibilização para “uma sociedade para pessoas de todas as idades”	43
2.5 Pontos em Destaque do Estatuto do Idoso.....	45
2.5.1 Da Previdência Social.....	45
2.5.2 Assistência Social.....	45
2.5.3 Habitação	45
2.5.4 Transporte	46
2.5.6 Entidades de Atendimento ao Idoso.....	47
3. Atores, Papéis e Atribuições na Rede de Proteção	48
3.1 Como Acessar os direitos: mecanismos de proteção, encaminhamentos e redes de proteção integrada.....	49
3.1.1 Escuta e atenção ao idoso – Análise de fatores de risco e proteção e da rede de apoio social como base para trabalho com idosos	52
3.1.2 Alguns órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos do Idoso – SGDI - em Minas Gerais.....	58
3.1.3 A sociedade civil em ação: promovendo os direitos e protegendo os idosos	62
3.2 Envelhecimento e Políticas Públicas de Mobilidade, Acessibilidade e Assistência Social.....	63
3.2.1 Mobilidade e Acessibilidade do idoso.....	63
3.2.2 Políticas Públicas de Assistência Social ao Idoso	67

4. Conclusão.....	70
Glossário	72
Recomendações de cartilhas, filmes, séries, vídeos, livros que falam sobre a temática de envelhecer	74
Filmes, séries de TV, vídeos	74
Vídeos	74
Filmes: Comédias	74
Seriados.....	75
Livros – sociologia, filosofia, história	76
Livros –prosa (ficção) e poesia.....	76
Materiais online (entrevistas, textos).....	76
Sites e Portais online.....	77
Cartilhas e materiais didáticos	77
5. Bibliografia	78
Notas	83

Apresentação

A ESCOLA DE FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) e o Programa Polos de Cidadania, da Faculdade de Direito da UFMG, em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES) apresentam o projeto Escola de Formação em Direitos Humanos (EFDH) a ser desenvolvido predominantemente na modalidade à distância e/ou semipresencial¹, como proposta permanente no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC). O projeto foi elaborado pelo Programa Polos de Cidadania, em parceria com a SEDPAC, e esperamos contar em breve com novos parceiros em sua execução.

A EFDH propõe a formação continuada sobre Direitos Humanos no intuito de contribuir para o fortalecimento da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e para a construção de uma cultura de paz², por meio da Rede de Educação em Direitos Humanos de Estado de Minas Gerais. Para tanto, trabalhar-se-á com temáticas transversais, tais como: introdução aos Direitos Humanos, criança e adolescente, mulher e gênero, diversidade sexual, pessoa idosa, igualdade racial, pessoa com deficiência, comunidades tradicionais, cidadãos em situação de rua, direito à memória e à verdade,

dentre outros.

Compreende a iniciativa de implantação da Escola de Formação em Direitos Humanos a realização de diversas ações educativas, em modalidades distintas, como extensão (atualização e aperfeiçoamento), especialização e graduação tecnológica, dentre as quais, inicialmente, faz-se necessário ressaltar a oferta de cursos de

ARQUITETURA DO PROGRAMA

Escola de Formação em Direitos Humanos



1 Estas modalidades serão desenvolvidas em conjunto com a Universidade Aberta Integrada e dos Centros Vocacionais Tecnológicos da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES).

2 Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. SDH, MEC, UNESCO. 2007. p.11.

atualização em direitos humanos, como também o desenvolvimento de pesquisas e materiais didáticos diversos envolvendo as temáticas e os seguimentos supracitados.

Para que seja um instrumento de transformação da realidade dos agentes envolvidos nesse processo de aprendizagem, as ações da EFDH devem adotar uma postura de constante interação entre teoria e prática na área de Direitos Humanos, dando-se especial atenção à experiência dos alunos. Espera-se, assim, realizar uma verdadeira troca de saberes para que a EFDH também possa fornecer à SUBDH e outras áreas do Governo de Minas informações que subsidiem, se necessárias, alterações ou construções de novas políticas públicas.

Além disso, a ressignificação da abordagem dos Direitos Humanos deve ser tarefa permanente em razão da complexidade social atual e da pluralidade e diversidade dos cidadãos, a quem as Políticas Públicas se destinam. Nesse sentido, a prática da interdisciplinaridade, com as diversas temáticas e vieses abordados pela EFDH, contribuirá para a atuação consistente das equipes que se voltam para esse trabalho.

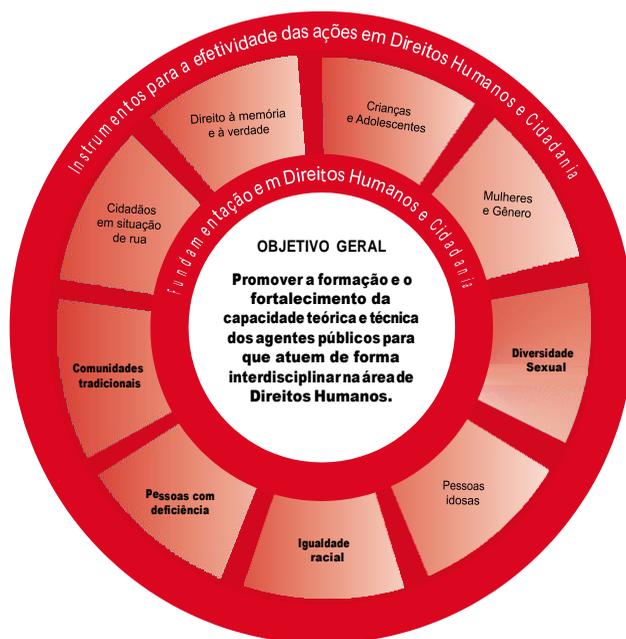
Para atender a essas diretrizes, a Escola de Formação em Direitos Humanos contará com a seguinte arquitetura:

Todo profissional de Políticas Públicas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, da sociedade civil, dentre outras, deve desenvolver uma visão crítica e reflexiva sobre representação social dos Direitos Humanos, no contexto das demandas atuais, desconstruir preconceitos e identificar os principais mecanismos para sua promoção e garantia, bem como conhecer a forma de sua utilização.

Por todos esses fatores, constituiu-se a Escola de Formação em Direitos Humanos para garantir a aprendizagem continuada e permanente na temática no Estado de Minas Gerais.

ARQUITETURA DO PROJETO

Curso de Direitos Humanos e Cidadania



Introdução

Pré-datado 18.06.2059

No meu espelho

sou eu mais velho.

Ajeito as lentes

e conto os dentes.

Cabelos brancos,

se os tenho, arranco-os?

Penso na morte

só por esporte.

(Fabio Aristimunho Vargas¹)

Esta unidade enfocará os direitos de homens e mulheres idosos, como previstos na lei e como se materializam na prática, em seu cotidiano.

Em cada capítulo, partiremos de algumas perguntas provocadoras e utilizaremos textos literários, trechos de entrevistas e outras formas de expressão, como vídeos e imagens, para provocar reflexões a respeito de nossos conceitos e pré-conceitos sobre como é ser velho e velha nos dias de hoje, e o que podemos fazer para promover mais respeito aos idosos, concretizando o que já está previsto na lei brasileira, nas leis do estado de Minas Gerais e em instrumentos internacionais de direitos humanos.

Ao mesmo tempo, apresentaremos o teor dessas normas e alguns conceitos teóricos, sempre em linguagem acessível (em português, não em “juridiquês”), para que você conheça o que determina a lei e saiba quais são os serviços disponíveis.

Apresentaremos também os órgãos de proteção ao idoso que existem no estado de Minas Gerais e oferecemos, ainda, dois

instrumentos para análise da qualidade de vida do idoso, que podem ajudar você a orientar melhor os idosos com quem você trabalha e convive.

Por fim, elaboramos uma lista recheada de recomendações de cartilhas, filmes, séries, vídeos, livros que falam sobre a temática de envelhecer de várias formas, com humor, com ternura, com seriedade, ou seja, de todos os jeitos que os velhos (e todos os demais seres humanos) são!

Antes de começarmos, uma observação: idosos são mulheres e homens, correto? Porém, a nossa língua portuguesa definiu que o plural de masculino (idoso) + feminino (idosa) é feito sempre no masculino. Também se usa dizer “o idoso” para se referir a este grupo de forma genérica (da mesma forma como dizemos “o homem, há milhares de anos, descobriu o fogo”, e não estamos falando de um homem). Para provocar a reflexão a respeito da questão do gênero na linguagem, neste texto optamos por alternar as referências genéricas e o plural entre masculino e feminino. Então, quando falarmos “o idoso”, “a idosa”, “os idosos”, ou “as idosas”, sempre estaremos nos referindo a TODOS e TODAS os idosos e idosas, de ambos os sexos.

Quando for necessário fazer alguma referência específica a um sexo, deixaremos isso bem claro, usando os termos “homem idoso” ou “mulher idosa”. Queremos provocar, sim essa reflexão a respeito da questão de gênero. E aí, está pronto(a) para começar?

1 História e Direitos

1.1 Quem é idoso?

Você convive com idosos? Quase certamente que sim! Em seu trabalho, em sua família. Como você, a partir do seu cotidiano, definiria quem é idoso? Que critérios você usaria para definir este grupo de pessoas?

Idoso é quem é velho? O que é ser velho? Define-se a pessoa idosa pela idade? O idoso de hoje é o mesmo de 30, de 60, de 100 anos atrás?

Nas últimas décadas, mudou muito o conceito que temos de idoso. Como veremos mais adiante, o avanço da tecnologia e da medicina fez com que as pessoas passassem a viver muito mais, ter filhos mais tarde, se aposentar mais tarde... e o comportamento das pessoas também mudou. Muitas idosas, hoje, usam computador e internet, trabalham, ajudam causas sociais, passeiam com os netos, viajam, estão “antenadas”, são mais independentes, se exercitam, namoram,

se casam e têm uma vida social ativa. Aposto que você conhece pelo menos uma idosa que tem uma vida muito mais intensa e ativa que muito jovem por aí.

Sobre o corpo do idoso, a sabedoria popular diz que “o corpo não é mais o mesmo”. A idade “não perdoa”. À medida que envelhecemos, por mais ativos que estejamos, naturalmente vamos perdendo agilidade para fazer algumas coisas. O raciocínio, algumas vezes, fica mais lento. Já não conseguimos mais caminhar tão rápido... demoramos um pouco mais para nos recuperar de uma lesão... Então, por mais que a gente diga que “os 40 são os novos 30” e “os 60 são os novos 50”, o fato é que grande parte de nós, ali por volta dos 60 anos, já não tem mais aquele pique de antes (mas nem todos!). E é por isso que esta idade é um parâmetro importante para a definição de idoso, conforme a lei.

Para saber mais!

Veja o vídeo em que Johana Quaas, uma alemã de 86 anos, arrasa na ginástica artística:

JoanaQuass

Que ideias a performance de Johana Quaas desperta em você a respeito da velhice? Como você acha que Johana experimenta a velhice? Como são as nossas concepções a respeito de como é o corpo

de um idoso? Que limitações tem o corpo de um idoso? Será que todas as limitações são reais ou as “inventamos” porque sempre ouvimos falar que é assim?

Você sabia?

Por quê há uma diferença na definição da idade das idosas entre os países? Entre outras razões, porque nos países desenvolvidos (como os países da Europa, EUA, etc), de forma geral, a maioria da população vive bem, há pouca desigualdade social... E isso significa que as pessoas vivem mais, gozam de melhor saúde, trabalham por mais tempo. Além disso, como a população idosa é mais numerosa nos países desenvolvidos do que, por exemplo, no Brasil – considerado um país em desenvolvimento – a definição da idade do idoso tem impactos importantes no orçamento da previdência pública e privada (e o orçamento da previdência é sempre motivo de preocupação para os governos, pois, à medida que a população de um país envelhece, aumenta, significativamente o número de pessoas que recebem aposentadoria, ao mesmo tempo em que menos pessoas contribuem para a formação de reservas previdenciárias.).

Como você sabe, a lei define algumas idades importantes para basear o exercício de direitos e obrigações. Desse modo, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente define criança como o ser humano que tem entre 0 e 12 anos, e adolescente como aquela pessoa que tem entre 12 e 18 anos, o conceito de idoso, segundo a lei, é estabelecido pelo critério cronológico (idade) e varia de acordo com o desenvolvimento do país. Os países em desenvolvimento consideram idoso a pessoa com 60 anos ou mais. Já os países desenvolvidos consideram idosas as pessoas com 65 anos ou mais, conforme Resolução 39/125 da Organização das Nações Unidas.

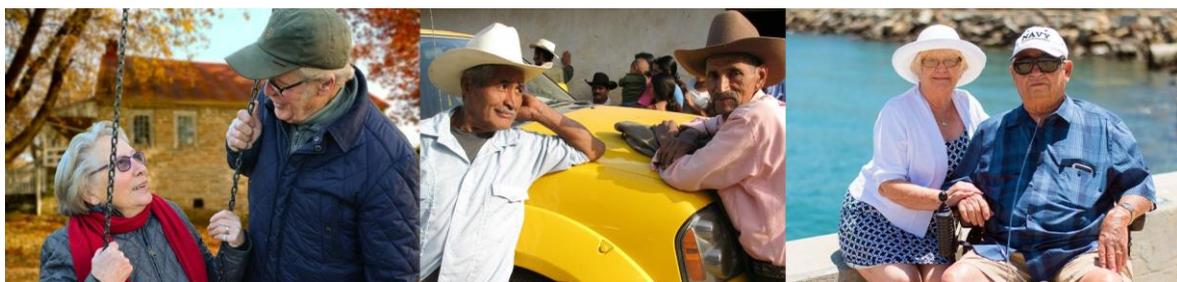
No Brasil, a lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) considera idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. No entanto, a garantia de alguns direitos exige

idade mais avançada, como, mínimo de 65 (sessenta e cinco) anos para a gratuidade no transporte coletivo (artigo 230, §2º, da Constituição Federal) e prioridade de tramitação de processos judiciais (Lei 10.173/2001).

1.2 Envelhecimento como Conquista X Aceitação da Velhice

A expectativa de vida atual da população brasileira (2015) é de aproximadamente 75 anos. Em alguns países, como o Japão, país com altas taxas de longevidade, a esperança de vida já chega a quase 84 anos.

Mas nem sempre foi assim!



Muitos grandes heróis dos povos antigos (gregos e romanos, por exemplo) eram muito mais jovens do que imaginávamos hoje. Impérios eram conquistados por homens de menos de 30 anos. Moças tinham seus primeiros bebês ainda adolescentes (aliás, o conceito de adolescência como uma fase da vida que merece proteção não existia até as primeiras décadas do século XX!). As pessoas morriam muito mais jovens. Eram poucos os que viviam até a velhice. Morriam-se “de morte morrida” (doenças, infecções decorrentes de feridas, parto, etc.) e morriam-se, e muito, também, “de morte matada”, em especial nas muitas guerras que havia entre os povos.

O envelhecimento populacional é uma conquista triunfal da humanidade que só foi possível com o desenvolvimento tecnológico e científico e com o advento da medicina, das vacinas e de alguns medicamentos, como a penicilina. Gradativamente, a expectativa de vida das pessoas foi aumentando. Já quase não se morre mais de gripe comum. Doenças mortais foram erradicadas de muitos países com o uso de vacinas, como a varíola e a poliomielite. Os antibióticos curam muitas infecções bacterianas graves e a tecnologia avançou muito: fazemos transplantes e cirurgias delicadíssimas com altas taxas de sucesso.

O Brasil, assim como os demais países

Para saber mais!

Expectativa de vida (ou esperança de vida) é o número médio de anos que um grupo de pessoas nascidas no mesmo ano pode esperar viver, se mantidas, desde o seu nascimento, as taxas de mortalidade observadas no

ano de observação.

É também um indicador de qualidade de vida de um país, região ou localidade.

É calculada considerando-se a taxa de mortalidade geral e infantil, a renda, o

acesso a serviços de saúde, saneamento, educação, cultura e lazer, bem como os índices de violência, criminalidade, poluição do local onde vive a população.

Você sabia?

A vacinação está diretamente relacionada com a melhora na qualidade e expectativa de vida e tem como principal objetivo:

- Proteger de doenças infecciosas potencialmente graves
- Reduzir o risco de quadros infecciosos graves pela presença de comorbidade (dois ou mais problemas de saúde em um mesmo indivíduo).
- Prevenir doenças crônicas que decorrem de doenças infecciosas
- Melhorar a qualidade e expectativa de vida

Recomenda-se que os idosos tomem uma série de vacinas para prevenir doenças como gripe, pneumonia, meningite, tétano e difteria, febre amarela. Quase todas essas vacinas estão disponíveis na rede pública gratuitamente, bastando ir a um posto de saúde para toma-las. E todo ano há campanhas de vacinação contra a gripe para idosos. Informe-se!

Veja a cartilha de Vacinas do SUS aqui: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cart_vac.pdf

do mundo, vivencia um processo de envelhecimento populacional com transformação profunda na composição etária de sua população. As mudanças do padrão demográfico brasileiro decorrem, principalmente, de três fatores: o declínio da taxa de mortalidade a partir da década de 1940 e o declínio da taxa de natalidade e da taxa de fecundidade a partir de meados dos anos 1970. Em resumo, os brasileiros estão morrendo mais tarde, e tendo menos filhos

Além dos fatores acima, outros ainda estão relacionados ao aumento quantitativo da população idosa e ao processo de envelhecimento populacional: a melhoria na

qualidade de vida; a inserção da mulher no mercado de trabalho (com a conseqüente diminuição da taxa de natalidade); o surgimento da geriatria (campo da ciência que estuda e previne as doenças que acometem pessoas idosas); melhoria de políticas públicas voltadas ao idoso; socialização das pessoas idosas, dentre outros.

1.2.1 Voltamos à primeira pergunta: o que é ser velho?

A velhice pode ser compreendida sob diversos aspectos. Do ponto de vista cronológico ela é expressa pela passagem do tempo. Do ponto de vista biológico,

expressa-se na alteração no organismo humano decorrente de desgaste natural, e vai gerando, gradativamente, a perda de funções.

Bem, o envelhecimento populacional (do ponto de vista cronológico) é um fato, mas você acha que envelhecer é um **problema** ou uma **conquista**?

Podemos responder a esta pergunta com outra pergunta: “viver é bom?”

Se, à medida em que vivemos, conseqüentemente, envelhecemos, então envelhecer parece muito bom. Se você não envelhecer... é porque morreu antes!

Apesar disso, atualmente vivemos, constantemente, negando a velhice, de muitas formas. Se muitos povos antigos – e, ainda hoje, culturas não ocidentais, como os indígenas e alguns povos asiáticos, como chineses e japoneses – reverenciavam seus anciãos e a eles recorriam para tomar decisões, buscar conselhos, manter vivas histórias e tradições, a sociedade capitalista ocidental busca, a todo custo, manter uma aparência de juventude.

Veja este trecho de uma entrevista com a antropóloga Mirian Goldenberg, que pesquisou sobre os “coroas”:

“G1: O conceito de “coroa” vem mudando com o tempo? Como se define uma coroa hoje? Idade é o único critério?”

Mirian Goldenberg: Vem mudando,

sim. Mas a idade ainda pesa. As mulheres começam a se sentir envelhecendo aos 40. Entram em crise, começam a fazer loucuras: plásticas, lipos, botox, etc. Os homens começam a envelhecer mais tarde. Eles falam dos 60, da aposentadoria, como um grande marco do envelhecimento. Também acrescentam dois outros marcos: calvície e problemas sexuais. Então, ser coroa não é apenas uma questão de idade. É uma aceitação de posições simbolicamente desvalorizadas na sociedade: a aceitação da velhice como um momento só de perdas e pesos”.

Não é à toa que o Brasil é um dos países campeões mundiais de cirurgias plásticas, procedimentos de beleza e vendas de cosméticos: as propagandas de produtos – muitos destinados a pessoas mais velhas – mostram sempre moças e rapazes, “sarados”, magros e, claro, jovens. A indústria lança novos produtos na velocidade da luz: mal nos adaptamos a uma nova tecnologia, surge outra melhor e mais rápida. A cada ano, um novo modelo de celular, uma televisão com mais tecnologia, um carro mais potente... o que parecia super moderno e novo, já parece velho e sem graça, ultrapassado. O resultado de tudo isso? Parece que tem alguém, o tempo todo, nos “cochichando” ao pé do ouvido: “você tem que se manter atualizada, jovem, rápida, esperta, bonita!!!”.

Os cabelos brancos são considerados – especialmente nas mulheres – sinal de desleixo, descuido, quando, na verdade, são, simplesmente, a manifestação da passagem

Para Pensar:

Veja, neste outro trecho da entrevista com a antropóloga Mirian Goldenberg, a diferença cultural entre Brasil e Alemanha, com relação ao envelhecimento das mulheres.

G1: Qual é o impacto das pressões pela realização sexual, profissional, familiar sobre as mulheres maduras?

MIRIAN: Aqui no Brasil as pressões são enormes, porque a nossa cultura cultua um determinado comportamento que combina três elementos extremamente valorizados: juventude, sexualidade e boa forma. É óbvio que, ao envelhecer, a mulher perde esses capitais tão importantes em nossa cultura. Já na cultura alemã, onde também estou pesquisando como as mulheres estão envelhecendo, os capitais mais valorizados são outros: personalidade, cultura, charme, inteligência, poder, confiança. Com a idade, as mulheres acumulam capital, em vez de perdê-lo. Por isso, envelhecer parece ser um momento de extrema satisfação para as alemãs. Aqui é um momento de extremo sofrimento para muitas mulheres, que investem no corpo e na sexualidade. As brasileiras que pesquisei trabalham ou são aposentadas. Todas são ou foram casadas, todas têm filhos, todas já cumpriram (ou ainda cumprem) o papel de esposa e mãe. Os 50 anos, para algumas mulheres, representam um momento de libertação do papel de esposa e mãe, para “ser eu mesma pela primeira vez”, uma frase recorrente no discurso delas. Enquanto emancipação foi a ideia enfatizada pelas alemãs (nenhuma me disse “sou uma mulher livre”; elas dizem: “Sou uma mulher emancipada”), liberdade foi a ideia que as brasileiras enfatizaram. Há ainda outra diferença: a emancipação das alemãs parece ser uma conquista de toda a vida, desde jovens. A liberdade das brasileiras parece ser uma conquista tardia, após elas cumprirem os papéis obrigatórios de esposa e mãe. Mesmo as que são casadas, sentem-se mais livres após os 50 para “serem elas mesmas”. Algumas redescobrem prazeres e vocações deixados de lado em função do casamento e da maternidade, retomados após os filhos estarem mais velhos.

do tempo e da inevitável decadência do corpo humano (e, na verdade, de todo ser vivo que habita a Terra. Afinal, todos os bichos e plantas, eventualmente, envelhecem e morrem). “Cubra seus cabelos brancos”, cochicha aquela voz, “eles são muito feios! Esconda suas rugas!”.

É verdade que o processo de envelhecimento traz consigo, em maior ou menor escala, perdas, limitações, sofrimentos, diminuição da autonomia e independência. No entanto, a velhice traz, também, uma série de conquistas importantes, como, a serenidade, o autoconhecimento, a possibilidade de deleite de maior tempo para lazer e família, proporcionada pelos anos trabalhados ao longo da vida.

Assim, associar a velhice à obsolescência, à inutilidade, é um erro. De fato, “na ordem natural das coisas”, quem envelhece está mais perto da morte. Lembremos, porém, que não são apenas os velhos que morrem. É fato que os mais velhos precisam se adequar a um novo ritmo de vida, devido às mudanças físicas e biológicas advindas do passar do tempo, não conseguindo manter o mesmo ritmo de vida dos jovens. Por isso, é preciso ter sabedoria para viver cada uma das fases da vida intensamente.

“É bom recordar que a velhice ainda deixa aberta ao indivíduo uma ampla gama de

possibilidades (Beauvoir, 1970a) e crer que a velhice é apenas uma fase diferente da existência, mas ainda viva (Lohud Loureiro, 1998), que pode e deve ser bem vivida”²².

Há quem, ainda, associe o envelhecimento à perda da utilidade, baseados nas ideias capitalistas de valorização da pessoa pela sua produção e seus ganhos financeiros. Assim, consideram os mais velhos inúteis por não estarem mais inseridos no mercado de trabalho e viverem pelos recursos da aposentadoria.

Para que a velhice seja bem vivida, observa-se que é primordial, primeiramente, aceitar essa nova fase da vida, bem como as limitações e mudanças dela advindas, para, então, viver intensamente e aproveitar essa fase da vida que pode ser bem desfrutada como todas as outras fases já vividas. Independente da idade, as pessoas têm capacidade de manter uma vida social prazerosa, atividade física e intelectual, o que permite um envelhecer exitoso, com qualidade e reduz a vulnerabilidade da idosa.

Trata-se de uma opção: o idoso pode aceitar essa nova fase de sua vida e vivê-la, ou, “morrer precocemente” ainda em vida, o que lhe será muito prejudicial, pois é, junto com a infância e adolescência, uma das fases da vida em que as pessoas gozam de mais tempo livre.

1.3 Conquista Histórica dos direitos do Idoso- Influências da normatização internacional do idoso na produção legislativa nacional do idoso

Diante do novo perfil etário da população brasileira, um amplo conjunto de medidas sociais, estatais, familiares é importante para assegurar o bem estar da pessoa idosa.

O processo de elaboração de normas e serviços de proteção ao idoso no Brasil se deu em sintonia com discussões que estavam em pauta no âmbito internacional.

Em 1973, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), chamou a atenção dos países quanto à necessidade de proteger os direitos e o bem-estar das pessoas idosas. Em 1982, ocorreu a I Conferência Internacional sobre o Envelhecimento da Assembleia Geral da ONU e foi elaborado o Plano de Ação Internacional sobre os Idosos (Resolução 37/51), contendo 66 recomendações em temas como: saúde, educação, previdência, nutrição, moradia, bem-estar social, família e outros. Essa assembleia foi um marco importante para o avanço dos direitos da idosa no Brasil: foi a partir dela que se elaborou, em 1994, a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94) que estabelece diretrizes, princípios e competências para a efetivação dos direitos sociais do idoso e cria condições para

promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Em 16 de dezembro de 1991, a Assembleia Geral das Nações Unidas elaborou os “Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas”³, previstos na Resolução 46/91 de 16/12/1991 que: a) buscam conscientizar sobre o envelhecimento populacional e o aumento do número de idosos em nível mundial; b) visam dar oportunidade para que os idosos participem das atividades sociais; c) exigem que os familiares prestem assistência e apoio ao idosos que se encontram fragilizados e encorajam os governos dos países a incorporar à sua legislação nacional os princípios da independência, participação, assistência, realização pessoal e dignidade. Veja, em resumo, o que dizem os princípios:

- **Independência:** idosos devem ter acesso à alimentação, água, alojamento, vestuário e cuidados de saúde adequados, através da garantia de rendimentos, do apoio familiar e comunitário e da autoajuda. Idosos devem ter a possibilidade de trabalhar, de residir em seu domicílio, decidir sobre seu ritmo de vida e sua retirada da vida profissional e devem poder viver em ambiente seguro.
- **Participação:** as idosas devem permanecer integradas na sociedade, com participação ativa em políticas que dizem respeito ao seu bem estar, poder participar livremente em trabalhos voluntários, e

Para saber mais!

A Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94, regulamentada pelo Decreto nº 1.948/92) estabelece, em resumo, princípios e diretrizes que visam:

- viabilizar a participação e convívio e integração dos idosos com pessoas mais novas de outras gerações;
- priorizar o atendimento ao idoso no ambiente familiar com preferência frente ao atendimento asilar;
- descentralizar as ações político-administrativas;
- capacitar profissionais nas áreas da geriatria e gerontologia;
- priorizar o atendimento de idosos em órgãos públicos e privados;
- apoiar estudos e pesquisas relacionadas ao envelhecimento;
- criar instrumentos para divulgar informações de caráter educativo sobre aspectos biológicos, psicológicos e sociais do envelhecimento

Para isso, a Lei estabelece responsabilidades dos órgãos públicos no nível federal para a coordenação da política nacional do idoso, e indica que é necessária a participação dos conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso. Esses conselhos serão órgãos permanentes, e compostos por cidadãos comuns (representados por Organizações Não Governamentais) e por órgãos públicos (chama-se esse tipo de conselho de paritário) e tem caráter deliberativo.

As decisões dos Conselhos não têm o poder de obrigar o Estado a fazer nada, mas informam as decisões do Estado na hora de criar serviços, estabelecer prioridades, etc. Seu papel é supervisionar o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso.

O decreto 1948/92, que regulamenta a Política, detalha essas competências, indicando os órgãos que farão a execução da Política Nacional do Idoso e suas responsabilidades. Em grande medida, o Sistema de Garantias dos Direitos Idoso, que você vai ver mais adiante, está descrito no Decreto. Na esfera federal, é a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, um órgão que tem nível de Ministério, o responsável pela coordenação da política (de forma muito similar ao Sistema de Garantias do Direito da Criança).

Você pode ler (e baixar) o texto integral da Política Nacional do Idoso clicando aqui. E clicando aqui você encontra o decreto 1948/92, que regulamenta a lei.

Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento (MIPAA). O MIPAA foi adotado para responder às oportunidades e aos desafios manifestados pelo envelhecimento da população no século XXI e para promover o desenvolvimento de uma sociedade para todas as idades.

O Plano de Ação estabelece medidas em todos os níveis, nacional e internacional, que devem ser adotadas pelos países para garantir os direitos dos idosos, em três direções prioritárias: idosos e desenvolvimento, promoção da saúde e bem-estar na velhice e, ainda, criação de um ambiente propício e favorável ao desenvolvimento social. O plano tem como foco a efetivação dos direitos humanos, civis e políticos e liberdades do idoso, tratando ainda sobre a discriminação e violência contra a pessoa idosa.

Entenda que as Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e o MIPAA são normas gerais ou princípios, ou seja, os países não estão legalmente obrigados a cumpri-las ou a implementar o que está sendo sugerido. No entanto, esses documentos já representam importantes passos em direção a uma Convenção Internacional dos Direitos do Idoso (da mesma forma que já existe a Convenção Internacional dos Direitos da Criança). A adoção de uma Convenção foi recomendada em 2010 pelo Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. A existência de uma convenção é importante porque estabelecerá diretrizes e regras mínimas

para a proteção dos idosos. Os países que assinarem a convenção comprometer-se-ão, então, a criar essas regras (ou melhorar as que já existem) e, periodicamente, terão que prestar contas à comunidade internacional (e às Nações Unidas) sobre o que estão fazendo para implementar essas diretrizes e regras, e demonstrando se a situação do idoso melhorou ou piorou no país.

Além de fazer parte da ONU, o Brasil faz parte também do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. No final da década de 1980, o Sistema adotou o **Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos**, conhecido como o Protocolo de São Salvador. O Protocolo trata de várias questões, e dedica um artigo, o 17, à Proteção de pessoas idosas, declarando que “toda pessoa tem direito à proteção especial na velhice” e recomendando que os países adotem medidas específicas para garantir esse direito. Até o momento, este é o “único instrumento internacional de Direitos Humanos vinculativo que incorpora especificamente os direitos das pessoas idosas”. O Brasil aderiu ao Protocolo em 1996.

1.3.1 Referenciais históricos da construção do Estatuto do Idoso

Ao adotar o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), que entrou em vigor em 01/01/2004, o Brasil estava refletindo essas preocupações que já vinham sendo

discutidas em âmbito internacional desde a década de 1970, (lembrando que a Política Nacional do Idoso foi estabelecida dez anos antes, em 1994). O **Estatuto do Idoso** foi acompanhado, posteriormente, da criação de um fundo de natureza especial em que a receita obtida fica vinculada ao financiamento de “...programas e ações relativas ao idoso com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”⁴. É o Fundo Nacional do Idoso, criado pela Lei 12.213/2010.

Mas antes mesmo do Estatuto e da Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94), a **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 1988 (CF88), dispôs, em seus artigos 229 e 230, sobre alguns direitos da pessoa idosa. A CF/88 estabelece o dever dos filhos de amparar os pais na velhice e o dever da família, sociedade e estado na defesa da dignidade, bem estar e o direito à vida da pessoa idosa. Esses direitos foram melhor detalhados e regulamentados, posteriormente, por outras leis, decretos e planos e, em especial, pelo Estatuto do Idoso.

Um estatuto compreende normas que vão dispor sobre a obrigação de proteger e promover direitos e estabelecer responsabilidades, focado em um tema ou um grupo específico de pessoas (no nosso caso, as idosas), em diversas áreas do direito. Assim, o estatuto vai dispor sobre

questões de direitos fundamentais, direito civil, direito administrativo, direito penal, normas orientadoras de políticas públicas, etc. Ele é como um “guia completo” de tudo o que o Estado, a Família e a Sociedade precisam fazer para promover os direitos do idoso, quais são esses direitos, quem é responsável por promovê-los, o que é necessário para promover esses direitos, e quais são as punições e meios para punir quem desrespeita os direitos.

O Estatuto do Idoso (EI) tem 118 artigos e se pauta nos princípios da **Proteção Integral do Idoso** e na **Absoluta Prioridade ao idoso**. Consagra a obrigação da família, da sociedade, do Estado, e de toda a sociedade de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade frente às demais pessoas, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária. O estatuto ainda estabelece quais são as condutas que, se praticadas contra a idosa, são consideradas crimes, e quais são as penas para esses crimes.

O artigo 2º do EI adota expressamente a doutrina da proteção integral que visa assegurar ao idoso todos os direitos fundamentais e os meios “para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.

Você sabia?

A lei brasileira tem outras normas que, mesmo antes do ECA e do EI, já estabeleciam tratamento diferenciado similar para esses dois públicos. E vai além. O direito penal (que se aplica somente a pessoas maiores de 18 anos), por exemplo, estabelece que a prescrição penal (prazo que a Justiça brasileira tem para punir os crimes) se conta pela metade se o autor do crime tiver menos que 21 anos na data do crime ou mais de 70 anos na data da sentença (Vale dizer que o EI não altera a idade prevista no artigo 115 do Código Penal para 60 anos. O Código é anterior ao Estatuto e, além disso, é expresso em estipular a idade de 70 anos, e não usa o termo “idoso”).

A proteção integral prevista no EI:

situa o Idoso dentro de um quadro de garantia integral, sendo que nosso país deverá dirigir suas políticas e diretrizes tendo como escopo a priorização da condição da velhice, assim como o faz em relação aos interesses das novas gerações (crianças e adolescentes). É o reconhecimento do Idoso como sujeito de direitos, a requisitar uma proteção especializada, diferenciada e integral⁵.

Já o artigo 3º do EI prevê expressamente o Princípio da Prioridade absoluta ao dispor sobre a obrigação conjunta da família, comunidade, sociedade e Estado “assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

Para tornar efetivo o direito da Prioridade

Absoluta o artigo 3º, parágrafo único, do EI prevê uma série de medidas a serem adotadas, tais como: atendimento preferencial imediato e individualizado; preferência na formulação e execução de políticas públicas voltadas ao idoso; destinação de recursos públicos para proteção do idoso; viabilizar o convívio do idoso com as demais gerações; prioridade do atendimento do idoso no âmbito familiar em detrimento do atendimento em asilos; capacitação de profissionais nas áreas de geriatria e gerontologia; divulgar material educativo sobre os aspectos biológicos, sociológicos e sociais do envelhecimento; garantir o acesso nas redes de saúde e de assistência social local; prioridade do recebimento da restituição do imposto de renda.

É preciso dizer que muito da estrutura do Direito do Idoso, de seu Estatuto, do Sistema de Garantia de Direitos, que veremos mais

adiante, veio diretamente influenciada do Direito da Criança e do Adolescente. No **Estatuto da Criança e do Adolescente**, que é uma lei de 1990, assim como no artigo 227 da Constituição Federal, já se fala em proteção integral e em prioridade absoluta. A redação mesma de muitos dispositivos do EI, de seus princípios, é muito similar a de artigos do ECA.

Essa semelhança entre o ECA e o EI faz sentido se pensarmos que, nos dois casos, estamos tratando de públicos vulneráveis, que precisam de proteção especial porque não tem mais todas as suas capacidades (um porque ainda as está desenvolvendo, o outro porque as está perdendo).

Até o EI, a proteção se limitava à lei 8.842/94 que, apesar de estabelecer a Política Nacional do Idoso (PNI), no plano prático, carecia de implementação e oferecia ainda tímida proteção. Por exemplo, o Conselho Nacional do Idoso (outra medida inspirada no ECA, que tem um Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda) e algumas medidas de proteção e ações previstas na PNI ainda não foram implementadas até os dias atuais.

Portanto, fazia-se necessária uma lei abrangente que pudesse prever e nortear de forma mais ampla os direitos da idosa. O EI cumpriu satisfatoriamente essa função. Devido à completude de sua regulamentação, ele é considerado como um “microsistema jurídico”, pois, como explicado acima,

garante proteção conjunta de diversos direitos do idoso.

O Projeto de lei de EI foi apresentado em 1997, no Congresso Nacional, pelo Senador Paulo Paim. Em 1999 foi apresentada outra proposta do estatuto por Fernando Coruja, que foi rejeitada. Havia, ainda, outros projetos de lei referentes à proteção da idosa. Em 2001, a Câmara dos Deputados formou comissão especial para análise em conjunto de todos os projetos de lei em trâmite. Foram convocados, também, representantes do movimento social do idoso para discussão. A partir daí, elaborou-se um único projeto, que foi denominado Estatuto do Idoso, que foi finalmente aprovado em outubro de 2003 e entrou em vigor em 01/01/2004.

Em linhas gerais, os principais direitos e garantias assegurados no Estatuto do Idoso são: lazer, cultura, esporte, transporte, previdência, assistência, justiça, saúde, educação, habitação, trabalho, criminalização da violência e abandono do idoso, previsão de entidades de atendimento ao idoso. Vamos ver um pouco mais sobre esses direitos mais adiante, na unidade 2.

1.3.2 Política do Estado de Minas Gerais de Amparo ao Idoso

Em Minas Gerais, a **Lei 12.666/1997**, institui a Política estadual de amparo ao idoso para a promoção do direito à vida e à cidadania; bem estar e dignidade; participação na comunidade, proteção contra discriminação

de qualquer natureza.

Essa lei estabelece as diretrizes da política estadual de amparo ao idoso (artigo 4º), e prevê uma série de ações governamentais a serem adotadas para tornar efetivas tais diretrizes, buscando promover, em resumo:

- a viabilização do convívio e integração dos idosos com as demais gerações;
- a participação dos idosos, por intermédio de organizações representativas na formulação e implementação de políticas públicas e nos programas a serem desenvolvidos para a pessoa idosa;
- capacitação de profissionais que prestam serviços aos idosos;
- a implementação de sistemas de informação que permita a divulgação de políticas, programas, serviços oferecidos, planos e projetos em cada setor do Governo;
- informar, de forma educativa sobre os aspectos biopsicossocial do envelhecimento;
- a descentralização do programa de assistência, gerando condições de atender aos idosos no próprio ambiente em que vivem; e
- prioridade de tramitação de procedimentos administrativos em que um idoso for parte.

Na área específica da saúde, o estado de Minas Gerais é responsável por garantir

o atendimento prioritário ao idoso, a recuperação da saúde do idoso e a prevenção de doenças, a elaboração de normas para o serviço geriátrico da rede hospitalar do estado; a cooperação entre as Secretarias de Saúde do Estado e do Município para o treinamento de equipe multidisciplinar; estudos para identificação do perfil epidemiológico do idoso para a prevenção de doenças⁶.

Há ainda outras leis específicas de proteção às idosas no estado de Minas Gerais, que estabelecem medidas complementares à Política. São elas:

- Programa de atendimento domiciliar, por equipe multidisciplinar, à pessoa idosa ([lei estadual 13.763/2000](#));
- Notificação compulsória da violência contra a pessoa idosa (deve ser realizada por estabelecimento público ou privado de serviço de saúde que prestar atendimento ao idoso vítima de violência e maus tratos) ([lei estadual 17.249/2007](#));
- Atendimento prioritário do idoso em agências e postos bancários ([lei estadual 10.837/1992](#));
- Fundo Estadual dos Direitos do Idoso: visa à captação de recursos provenientes de repasse da União, de dotação orçamentária estadual e de doação de pessoas físicas e jurídicas para o financiamento de políticas públicas de apoio à população idosa ([lei estadual 21.144/2014](#)).

2. Violências e Violações: perspectiva de reparação de direitos

2.1 Preconceito e discriminação contra a pessoa idosa

Você já viu alguma pessoa idosa sendo maltratada, desconsiderada, destrutada, desprezada, simplesmente por ser idosa? Pare e reflita por alguns minutos... Que tipo de agressão física ou verbal (ou mesmo de forma mais sutil) você já viu sendo praticada contra um idoso? Será que você mesmo já não foi grosseiro com um idoso só porque ele demorou mais para tomar uma decisão... ou porque não queria fazer algo que você achava que ele deveria fazer?

É natural que os mais jovens (filhos, netos) estranhem o ritmo mais lento que vai tomando a vida de seus familiares e amigos, conforme eles envelhecem. Um dia, seu pai, que era seu destemido “herói” na infância porque te levava no colo bem lá no fundo no mar, antes da arrebentação, seu pai que sempre adorou pular onda e pegar jacaré, de repente ele já não se interessa mais em entrar na água... pois seu corpo já não tem mais aquela agilidade de antes, ou o mar está muito frio – e o seu “termostato” interno, meio “desregulado”, já não responde muito rapidamente a grandes mudanças de temperatura.

De repente, sua tia, que adorava passear e era super sociável, já não tem mais aquele pique todo. Ela, que sempre foi organizadíssima,

e cuidava de tudo e de todo mundo, anda esquecendo as coisas. Outro dia, distraída, deixou a água que esquentava para fazer o café secar no fogão. Anda com alguns probleminhas de saúde, levou um tombo e o ombro está demorando muito para recuperar. Ela, que adorava viajar, e sonhava em visitar a Patagônia, já não está mais tanto a fim.

Às vezes, demora para os mais jovens entenderem essas mudanças. Constatar o envelhecimento dos entes queridos pode causar estranheza (e talvez um pouco de tristeza também). Ainda não estamos acostumados àquela pessoa nova. Queremos os nossos pais e mães que conhecíamos antes. Esse processo de adaptação pode demorar um pouco, então é natural que haja um certo estranhamento no início. Então, talvez, no começo, haja uma certa irritação, por parte dos jovens e dos idosos. Mas a “ficha tem que cair”, e logo: o idoso merece respeito. Ele é um ser humano adulto como você. E, por mais que você ache que, agora, sabe mais que ele, ou que ela está sendo teimosa, você precisa respeitar suas decisões e escutar o que ela tem a dizer.

O preconceito e a discriminação etária no Brasil ocorrem nas famílias, órgãos governamentais, nos sistemas de saúde, no mercado de trabalho e na mídia. Você já ouviu falar em “ageísmo”?

O termo “ageísmo” foi utilizado, pela primeira vez, em 1969 e significa

Pra pensar

Veja a opinião da Geriatra Livia Terezinha Devens sobre alguns mitos associados à velhice:

Infantilização: É mito que todo idoso vira criança.

Discernimento: Temos que ter cuidado ao falar que idoso tem atitudes de criança, que agem sem responsabilidade. Isso só acontece em casos de doenças, como a demência ou a depressão. A família tem que ter discernimento para avaliar o que está acontecendo e lembrar como a pessoa agia antes de chegar à terceira idade.

Respeito: A infantilização do idoso é ruim e parte de várias famílias e da sociedade. Se o idoso está lúcido, ele não gosta de ser chamado de bebê. Da mesma forma, nem todo idoso gosta de ser chamado de “vovozinho” ou “vovozinha”. É melhor tratar com respeito: chame de “senhor” ou “senhora”.

Sexo: Não ache que todo idoso é assexuado.

Memória: Não ache que todo idoso esquece tudo.

Opiniões: Não ache que tudo o que o idoso faz ou fala é teimosia. Ele tem a sua opinião e quer ser respeitado. Ouça o que ele diz.

Depressão: Se seu pai, mãe, sogro ou sogra sempre se recusa a sair de casa, fique atento. É preciso interpretar como ele sempre foi. Se sempre gostou de ficar em casa, é natural agir assim. Mas, se sempre gostou de sair, procure ajuda de um médico, pois pode ser sinal de depressão.

Fonte: http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/08/voce_ag/vida/1455376-nao-trate-o-idoso-como-uma-crianca.html

discriminação e preconceito contra a pessoa idosa (o termo “age” em inglês, quer dizer “idade”).

Várias atitudes manifestam o ageísmo em

nossa vida cotidiana, como, por exemplo: a forma infantilizada que as pessoas se comunicam com os idosos; fala simplificada, vagarosa, de pouco conteúdo... Segundo estudos, essa forma de se comunicar tem

impactos diretos na autoestima, identidade e habilidades linguísticas do idoso.

O ageísmo também é percebido corriqueiramente no sistema de saúde por meio de maus tratos físicos, psicológicos e financeiros contra o idoso. É comum, no sistema de saúde (e, vale dizer, isso não acontece somente com o idoso, mas com os pacientes em geral, agravando-se no caso dos mais velhos), médicos e familiares se referirem ao paciente (que está na sua frente), na terceira pessoa, como se ele (paciente) não estivesse lá. Você já viu isso acontecer? Já fez isso, sem querer? Como se sentiria se, sendo paciente, um médico e seu familiar estivessem falando sobre você, na sua frente, como se você não estivesse lá?

Por outro lado, manifestações positivas do ageísmo vinculadas à sabedoria, vivência e maturidade da pessoa idosa, embora possíveis, são pouco corriqueiras.

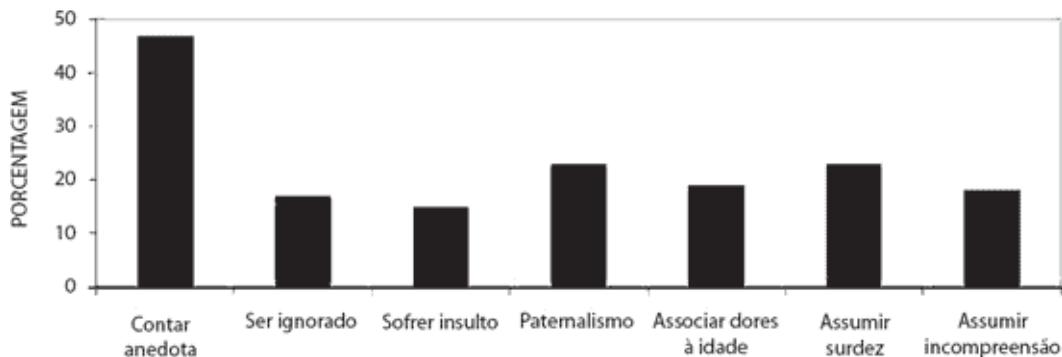
Estudos têm sido realizados buscando investigar a influência que os estereótipos

negativos e positivos relacionados ao envelhecimento geram à saúde física e mental do idoso. O reconhecimento de aspectos positivos da velhice relacionados à valorização da sabedoria, vivência e maturidade do idoso levam à melhor performance da memória.

Por outro lado, a manifestação, pela sociedade, de estereótipos negativos de discriminação e preconceito contra a pessoa idosa, o que caracteriza uma forma de violência psicológica contra o idoso, gera a segregação. Isso tem como principais consequências o enfraquecimento da vontade de viver, dificulta o acesso ao emprego, a tratamentos médicos e outros direitos.

As formas mais corriqueiras de discriminação sofridas pela pessoa idosa são a discriminação social (contar anedota sobre idoso, ser ignorado, sofrer insulto, paternalismo) e as discriminações em contextos de saúde (associar dores à idade,

Gráfico 1⁷: Discriminação Predominante no Brasil



atribuição de surdez, falta de capacidade de compreensão decorrente da idade), como demonstra o gráfico abaixo:

Em 2007, uma pesquisa sobre discriminação contra idosos realizada com 111 idosos e idosas entre 56 e 85 anos, brasileiros e portugueses, em 2007 avaliou o nível de estresse apresentado pelo idoso em cada situação de discriminação corriqueiramente vivenciada por eles. A discriminação relacionada ao contexto social foi o tipo mais estressante para os idosos brasileiros participantes da pesquisa.

O maior grau de estresse foi revelado em resposta ao questionamento “ter sido vítima de violência física ou moral devido à idade”, conforme se observa na tabela ao lado.

Tendo em vista que a discriminação da pessoa idosa, infelizmente, é prática corriqueira na sociedade brasileira e, visando coibir tal prática tão maléfica à saúde, ao bem estar e a qualidade de vida dos idosos, o Estatuto do Idoso veda expressamente as condutas discriminatórias em razão da idade em diversos dispositivos. Por exemplo, o art. 4º estabelece que “nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”.

A Política Nacional do Idoso também estabelece como princípio a não discriminação dos idosos, de qualquer natureza (artigo 3º, inciso III)⁸.

Tabela 2. Porcentagem de ocorrência, média da intensidade de estresse e desvio-padrão dos tipos de discriminação ordenados pela média da intensidade de estresse.

Item	(%)*	Intensidade de Estresse		
		M**	DP	Ordenação
20. Vítima de violência	7	1.75	0.46	1º
07. Obter empréstimo	3	1.67	0.57	2º
10. Falta de respeito	8	1.44	0.72	3º
09. Rejeição p/ aparência	5	1.00	0.00	4º
14. Negar emprego	5	1.00	1.00	4º
19. Casa vandalizada	2	1.00	1.41	4º
03. Ser ignorado	17	0.94	0.90	5º
17. Assumir incompreensão	18	0.68	0.75	6º
12. Associar dores à idade	19	0.63	0.83	7º
04. Sofrer insulto	15	0.53	0.71	8º
16. Assumir surdez	23	0.46	0.65	9º
01. Contar anedota	47	0.40	0.68	10º
05. Paternalismo	23	0.26	0.44	11º
18. Ser demasiado velho	14	0.19	0.54	12º
02. Enviar cartão	1	0.00	0.00	13º
13. Negar tratamento	3	0.00	0.00	13º

*As porcentagens podem não somar exatamente 100 devido ao arredondamento dos valores.

**A média da intensidade de estresse (0-2) foi calculada apenas para os participantes que informaram ter vivido pelo menos uma vez o tipo de discriminação a ela associado.

***A frequência dos itens 6, 8, 11 e 15 foi igual a zero (i.e. nenhum participante informou ter vivido as situações expressas nestes itens).

Para coibir as mais diversas formas de discriminação contra o idoso, o Estatuto do Idoso tipifica como crime, em seu artigo 96, a discriminação contra a pessoa idosa que cause dificuldades ou o impeça o exercício do direito de contratar:

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1

(um) ano e multa.

§ 1o Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

§ 2o A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente.

Ou seja, a pessoa que vive com um idoso não pode simplesmente passar a confiscar seu cartão de crédito ou talão de cheques (ou outros acessos a contas bancárias ou outros instrumentos de exercício de sua independência e cidadania), só porque “não concorda” com a forma com que o idoso está levando sua vida ou gerindo seu patrimônio.

Também é vedada expressamente a discriminação à pessoa idosa pelos planos de saúde, sendo vedada a cobrança de valores diferenciados em razão da idade, conforme disposição legal abaixo transcrita:

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

§ 3o É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

Também é vedada pelo Estatuto a discriminação etária do idoso no mercado de

trabalho (trabalho, emprego ou concursos públicos), nos seguintes termos:

Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

2.2 Violências contra a pessoa idosa



A violência contra a pessoa idosa é uma violação aos direitos humanos, e é considerada um problema social e de saúde pública, pois, incide diretamente na saúde física e/ou psíquica das vítimas. Os idosos, em geral, são pessoas mais vulneráveis à violência.

O INPEA (International Network for the Prevention of Elder Abuse – Rede Internacional para a Prevenção da Violência contra Idosos) define Violência contra a Pessoa Idosa, como “qualquer ato, único

Para saber mais!

Uma pesquisa realizada no Distrito Federal apontou que 63,82% dos idosos que sofreram algum tipo de violência eram mulheres e que 64,64% dos agressores

eram os próprios filhos e filhas e que, em apenas 1% dos casos, o autor da violência era o cuidador.

Para saber mais, clique aqui.

Fontes: Central Judicial do Idoso - CJI, e Mapa da Violência Contra a Pessoa Idosa no Distrito Federal.

ou repetitivo, ou omissão, que ocorra em qualquer relação supostamente de confiança, que cause dano ou incômodo à pessoa idosa”. Tal definição também foi adotada pela ONU.

Qualquer que seja o tipo de abuso, certamente resultará em sofrimento desnecessário, lesão ou dor, perda ou violação dos direitos humanos e uma redução na qualidade de vida da idosa⁹.

As formas mais comuns de violência contra

a pessoa idosa, como veremos adiante, são: abusos físicos, abuso psíquico ou emocional, abuso sexual, exploração financeira e econômica, abandono e negligência e autonegligência.

A principal dificuldade do combate à violência contra o idoso decorre do fato de que, normalmente, tais violências ocorrem no âmbito doméstico, dentro da residência do idoso, praticada por pessoa da família. Como de costume nos casos de violência

Você sabia?

Asilo junto com pré- escola? Uma iniciativa interessante de convivência intergeracional (entre gerações) que já existe fora do Brasil é um centro de convivência para idosos e crianças. Em Seattle, nos Estados Unidos, uma parceria entre uma casa de repouso e uma pré-escola permite a interação entre as faixas etárias como estratégia de desenvolvimento para a infância. De um lado, as crianças aprendem a se relacionar com diferentes gerações, a respeitar os mais velhos e a conviver com pessoas com limitações físicas. Já os idosos recebem carinho e são estimulados intelectual e fisicamente pelos exercícios com os alunos.

(<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/06/19/idosos-e-criancas-trocam-afetos-em-espaco-que-junta-asilo-e-pre-escola.htm>)

doméstica, a violência contra a idosa muitas vezes é tratada como assunto privado da família e, muitas vezes, o idoso se cala em defesa do agressor. Como resultado, trata-se de uma violência pouco denunciada.

Tendo em vista que o ambiente doméstico é bastante propício para a ocorrência de violências contra o idoso, é de fundamental importância a promoção de formas de participação e convívio da pessoa idosa com as pessoas de demais gerações (artigo 4º, inciso IV, do EI), a fim de que os mais novos criem laços de amizade e afeto com os idosos e possam compreender melhor suas limitações e dificuldades e, por outro lado, possam absorver toda sabedoria e experiência de vida, valorizando a pessoa idosa, compreendendo seus sentimentos, o que levará à diminuição e ao repúdio aos casos de violência contra a pessoa idosa.

A idosa submetida à violência apresenta aumento de problemas de saúde, doenças psicossomáticas, transtornos depressivos, transtornos pós-traumáticos.

Os principais fatores de risco que contribuem para a violência contra o idoso são: dependência da família, dificuldades financeiras, dependência física, psíquica ou emocional do idoso, alto nível de estresse do cuidador, isolamento social dos familiares, modificações estruturais das famílias e da qualidade das relações familiares, vulnerabilidade das vítimas idosas, dentre outros.

No caso das idosas vivendo em casas

de repouso (asilos), estudos apontam a ocorrência da chamada “violência estrutural”, em que a idosa é exposta a corriqueiras situações de risco devido à escassez de recursos humanos, materiais, sobrecarga de trabalho, falta de qualificação e baixa remuneração dos profissionais, fiscalização inadequada, entre outros fatores. O abandono pela família também é comum, e isso acaba sendo outra forma de violência contra o idoso.

2.2.1 Tipos de Violência contra a Pessoa Idosa¹⁰

2.2.1.1. Violência física



É o uso da força física para compelir os idosos a fazerem o que não desejam, para feri-los, provocar dor, incapacidade ou morte.

Muitas idosas, por já não terem força física para reagir, ou mesmo por estarem em situação de total dependência de

Pra pensar:

Veja o que Rubem Alves, escritor e educador brasileiro falecido em 2015, escreveu sobre o preconceito contra os velhos que querem seguir vivendo a vida:

“Os gerontologistas se preocupam com a saúde física e mental dos velhos. Pois me veio à cabeça que aos seus programas de reeducação dos velhos deveria acrescentar-se um programa de reeducação dos filhos dos velhos. À longa lista de doenças que afligem os velhos, reumatismo, surdez, osteoporose, catarata, dor no corpo, barbela de nelore (nelore é uma raça bovina que se caracteriza por longas papadas pendentes balouçantes), urina presa, dentadura (pois dentadura não é uma doença?), deveria ser acrescentada mais uma doença de cura difícil: os filhos chatos que querem mandar nos seus pais. (...)

Mas a beleza dos velhos acaba quando eles se recusam a ser úteis aos desejos dos filhos. Principalmente quando eles começam a ter ideias amorosas. Velho que ama é velho tarado. Faz muito escrevi uma crônica sobre dois velhinhos que haviam sido namorados quando adolescentes, separaram-se, nunca mais se viram, reencontraram-se muitos anos depois, ele com 79 anos, ela com 76. Apaixonaram-se, resolveram casar-se. Os filhos protestaram. Velho deve se preparar para morrer e não se meter em ridículas aventuras amorosas! Já pensaram em noite de núpcias de velho? É de rachar de dar risada! Ele morreu aos 81. Ela me telefonou, interurbano, e depois de uma conversa de 40 minutos, me confessou: “Pois é professor, nessa idade a gente não mexe muito com as coisas do sexo. Nós vivíamos de ternura!”

O que mais assusta os filhos quando os velhos se metem a arranjar namoradas é o destino da herança. Lembro-me de um respeitável senhor, professor, que viveu uma longa vida conjugal. (“Conjugal”, do Latim, “con” + “jugus”, canga: aqueles que andam ligados por uma mesma canga). Ficou viúvo. A ausência da canga o tornou eufórico. Começou a arranjar namoradas. Os filhos ficaram muito bravos. Acharam que o velho estava fazendo papel ridículo. E o pior: gastando seu dinheiro com mulher à toa. Convocaram uma reunião de família para recolocar o velho nos trilhos da elegância socialmente aceita. Assentados à volta a mesa os filhos despejaram suas reprimendas contra o velho que tudo ouviu mansamente, sem uma única queixa. Terminada a rodada, dada a palavra ao velho, ele disse só uma frase: “Tenho minhas necessidades afetivas...” E com esse argumento final, que não comporta contestação, levantou-se e deixou os filhos falando sozinhos...”

Rubem Alves. “Carta aos filhos de pais velhos”.

Disponível em <http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/acervo/cronicas/cronicas11.htm>

outras pessoas para fazerem muitas das atividades de autocuidado (alimentar-se, banhar-se) ficam à mercê de terceiros e se tornam vítimas de violência física.

Um fator desencadeante de reações violentas nas pessoas responsáveis por cuidar do idoso é o stress vivenciado pelo cuidador (por exemplo, em casos avançados de doenças como Alzheimer e demência senil, em que o idoso pergunta muitas vezes a mesma coisa, não reconhece seus parentes próximos, entre outros sintomas). Se o cuidador for parente do idoso, o stress, não raro, vem acompanhado de depressão por ver o seu ente querido lentamente se alienando do mundo.

É preciso deixar muito claro que isso **não justifica** a violência contra o idoso, totalmente indefeso. Ao mesmo tempo, é inegável a importância de “cuidar de quem cuida” para prevenir a violência contra o idoso: o cuidador do idoso, seja ele parente ou não, precisa poder periodicamente ter tempo livre para relaxar, precisa poder conversar sobre a situação, e, eventualmente, pode precisar de cuidados profissionais para sua saúde física e mental para dar continuidade à sua difícil tarefa.

2.2.1.2 Violência Financeira e econômica

É a exploração imprópria ou ilegal ou o

uso não consentido pela pessoa idosa de seus recursos financeiros e patrimoniais.

Ao se tornar mais dependente de outras pessoas para realizar atividades cotidianas, como ir ao banco e fazer compras, muitas idosas acabam sujeitas a serem vítimas de cuidadores (parentes ou não) desonestos. No limite, essas pessoas podem acabar utilizando o dinheiro da idosa em benefício próprio, prejudicando os cuidados, a saúde e o bem-estar da idosa.

Prática comum também é – muitas vezes com o consentimento da idosa – a família pegar empréstimos consignados, cujas parcelas serão descontadas da aposentadoria da idosa, porque as taxas de juros são menores. Enquanto essa conduta não necessariamente caracteriza uma violência (se for consentida), o abuso do empréstimo consignado pode implicar na falta de recursos para prover a subsistência do idoso.

É comum, também, filhos julgarem seus pais porque passaram a “curtir a vida” após a aposentadoria, por vezes gastando dinheiro acumulado ao longo de décadas de trabalho, durante toda a vida. Ora, falando em bom português, a idosa tem o direito de viver sua vida como bem entender. Se ela não estiver com suas faculdades mentais prejudicadas, o que só pode ser atestado por um profissional especializado, pode e deve viver da forma como achar melhor.

Essa “preocupação” dos filhos muitas vezes, não passa de interesse egoísta no patrimônio dos pais, ao qual julgam ter “direito”, por herança. Porém, como diz um conhecido bordão no direito civil, “não existe direito à herança de pessoa viva”. Nenhum pai ou mãe tem a obrigação de deixar herança para os filhos, ou para quem quer que seja. O patrimônio da pessoa a ela pertence, e ela tem o direito de utilizar e dar ao seu patrimônio o destino que bem entender. Portanto, também não é motivo para interditar um idoso o fato de ele estar “gastando o seu dinheiro” (ou, pior, “gastando a herança”). Desde que o idoso esteja no domínio de suas faculdades mentais, pode optar por envelhecer sem deixar nenhum patrimônio a seus possíveis futuros herdeiros.

2.1.1.3 Violência psicológica ou moral

Corresponde a agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, humilhar, restringir a liberdade ou isolar do convívio social o idoso. Também pode resultar em crime contra a honra (difamação e injúria, especialmente) da pessoa idosa, afetando sua reputação social e sua autoestima.

É o tipo de violência mais praticada contra a pessoa idosa. É comumente manifestada por meio de agressões verbais (depreciação, desrespeito, ridicularização, desvalorização da pessoa idosa). Outra forma de violência

psicológica manifesta-se no tratamento infantilizado do idoso corriqueiramente manifestado por familiares e profissionais da saúde, o que leva à diminuição de sua autoestima.

A violência psicológica ou moral pode ocorrer isoladamente, mas, normalmente, apresenta-se associada a outros tipos de violência contra a pessoa idosa, principalmente com a violência física.

A violência psicológica leva à desvalorização do idoso e impacta diretamente em sua saúde mental, evidenciando transtornos psicológicos como depressão, síndrome do pânico, distúrbios alimentares, distúrbio do sono, entre outros.

É uma forma de violência de difícil identificação, pois, ocorre de forma contínua e silenciosa.

2.2.1.4 Violência Simbólica

É forma sigilosa e sutil de constrangimento. A violência simbólica é qualificada como forma sutil, suave, insensível e invisível de violência, e pode, inclusive, traduzir-se no discurso oposto (do cuidado, do bem-estar), não sendo percebida nem mesmo pela própria vítima contra quem é exercida.

A relação, na violência simbólica, se estabelece entre dominador (por exemplo, quem cuida do idoso) e dominado (idoso), relação esta que é reconhecida pelo idoso e socialmente aceita como se fosse legítima

ou natural. É como se o idoso, no papel de dominado, de certa forma consentisse ou aceitasse a violência. Diz-se que a violência é “simbólica” pela “...forma como essa violência se efetiva, conseguindo obter o equivalente ao que seria conseguido com a força, com a adesão e consentimento do dominado”¹¹. O idoso, dessa forma, aceita restrições, aceita submeter-se à vontade de seu cuidador, pois todas as ações do cuidador são justificadas como cuidado ao idoso, que está desprotegido. O cuidador faz com que o idoso sinta que precisa e depende de seus cuidados, que o idoso é desprotegido e incapaz e que ele (cuidador), só quer o seu bem.

Trata-se de forma de violência tão grave quanto a violência física, psicológica, moral ou financeira.

Esse tipo de violência é comum com relação também a outras pessoas vulneráveis, como crianças e adolescentes.

2.2.2 Como prevenir e enfrentar a violência contra as idosas?

A violência contra a pessoa idosa é um fato habitual e generalizado, no entanto, pouco denunciado. Para coibir tal prática é preciso, primeiramente, reconhecer a ocorrência do fenômeno para enfrentar tal violência, rompendo com o silêncio.

O INPEA, importante instituição internacional de defesa dos direitos da pessoa idosa, em ação conjunta com a



ONU declarou o dia 15 de junho como “Dia Mundial de Conscientização de Violência contra a Pessoa Idosa” visando trazer à consciência da sociedade civil a ocorrência do problema. Em 2006 foi feita a primeira campanha de celebração desse dia, com o uso do slogan: “Violência contra a pessoa idosa: vamos romper o pacto do silêncio”.

Segundo a CODEPPS (Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde) para que ocorra a redução da violência contra a pessoa idosa é necessária uma atuação *multissetorial* e multidisciplinar resultante da participação de profissionais da justiça, dos direitos humanos, da segurança pública, da saúde, da assistência, de organizações e associações de idosos, do poder legislativo e de diversos outros protagonistas sociais. Ou seja, a responsabilidade pela prevenção e resposta à violência contra as idosas é de todos os atores do Sistema de Garantia dos Direitos do Idoso, que veremos mais adiante.

Você Sabia?

DISQUE 100

O que é?

É um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), vinculado a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade.

O serviço inclui ainda a disseminação de informações sobre direitos humanos e orientações acerca de ações, programas, campanhas e de serviços de atendimento, proteção, defesa e responsabilização em Direitos Humanos disponíveis no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Qual o horário de funcionamento?

O Disque Direitos Humanos – Disque 100 funciona diariamente, 24 horas, por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel, bastando discar 100. As denúncias podem ser anônimas, e o sigilo das informações é garantido, quando solicitado pelo demandante.

O que você precisa informar para registrar uma denúncia no Disque 100 ou diretamente na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos?

1. Quem sofre a violência? (Vítima)
2. Qual tipo violência? (Violência física, psicológica, maus tratos, abandono etc.)
3. Quem pratica a violência? (Suspeito)
4. Como chegar ou localizar a Vítima/Suspeito
5. Endereço (Estado, Município, Zona, Rua, Quadra, Bairro, Número da casa e ao menos um ponto de Referência, concreto e que define um lugar específico)
6. Há quanto tempo? (frequência)
7. Qual o horário?
8. Em qual local?
9. Como a violência é praticada?
10. Qual a situação atual da vítima?
11. Algum órgão foi acionado?

Por que são importantes essas informações?

A Ouvidoria e o Disque Direitos Humanos - Disque 100 são responsáveis por receber, examinar e encaminhar as denúncias de violações de direitos humanos. Sem as informações para registro, a verificação da situação de violação só poderá ser averiguada pelos órgãos competentes da rede de direitos humanos, com informações suficientes de onde encontrar a vítima e de como é a violação.

O que acontece após o registro da denúncia?

As denúncias recebidas são analisadas e encaminhadas aos órgãos de proteção, defesa e responsabilização em direitos humanos, no prazo máximo de 24 horas, respeitando a competência e as atribuições específicas, porém priorizando qual órgão intervirá de forma imediata no rompimento do ciclo de violência e proteção da vítima.

Uma das formas mais eficientes para a prevenção da violência contra a pessoa idosa e da denúncia de tais violações consiste em evitar o isolamento social do idoso, mantendo-o em contato direto com a sociedade e com as redes sociais. Os profissionais da saúde, em especial, apresentam relevante papel na prevenção da violência contra a pessoa idosa e no enfrentamento da violência, pois, estão, constantemente, em contato com vítimas de violência nas residências, unidades de saúde, hospitais e outros ambientes.

Uma importante e efetiva ferramenta implementada para prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa é Disque Direitos Humanos: o Disque 100. Esse número é de suma importância para denunciar às violações contra a pessoa idosa.

2.2.3 Vedação à violência contra a pessoa idosa no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003)

- O artigo 4º veda expressamente todas as formas de violência contra a pessoa idosa, por ação ou omissão e estabelece como dever de todos prevenir a ameaça e a violação de direitos da pessoa idosa. Além disso, as pessoas físicas e jurídicas que não prevenirem ameaças à violação dos direitos do idoso estarão sujeitos à responsabilidade (artigo 5º).

- O artigo 6º enuncia:

Art. 6º Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

- É dever do profissional da saúde a comunicação dos casos de suspeita e confirmação de violência contra a pessoa idosa, nos seguintes termos:

Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos:

- I – autoridade policial;
- II – Ministério Público;
- III – Conselho Municipal do Idoso;
- IV – Conselho Estadual do Idoso;
- V – Conselho Nacional do Idoso.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.

§ 2º Aplica-se, no que couber, à notificação compulsória prevista no caput deste artigo, o disposto na Lei no 6.259, de 30 de outubro de 1975.

2.3 Responsabilização Familiar e Acesso aos Direitos Sociais

Os direitos sociais compreendem o acesso à saúde, educação, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social e assistência aos desamparados. Esses direitos visam à proteção das pessoas dependentes de prestações materiais, hipossuficientes e fragilizadas¹². Família, sociedade e Estado são conjuntamente responsáveis pela garantia de efetivação dos direitos por meio de atuação articulada dos setores sociais e políticos.

Essa obrigação está expressa na CF/88, que prevê o dever dos filhos maiores de amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (art. 229), e dispõe expressamente sobre

o dever da família, sociedade e do Estado de assegurar a participação do idoso na comunidade, seu bem-estar, a defesa de sua dignidade e direito à vida:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1^a. Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

A Política Nacional do Idoso foi instituída com o objetivo principal de promover e assegurar os direitos sociais do idoso e estabelece que a família, a sociedade e o Estado tem o dever e são os principais responsáveis por assegurar os direitos sociais do idoso.

O artigo 8º do Estatuto do Idoso prevê o

Para saber mais!

Atenção! Velhice não é motivo para interdição: a idosa é pessoa plenamente capaz de contrair direitos e obrigações, podendo livremente firmar contratos das mais diversas naturezas, sendo que a idade avançada não é motivo para a interdição da idosa. Independente da idade, a idosa pode ser

plenamente capaz de gerir seus próprios negócios sem a necessidade de assistência por curadores.

As hipóteses de interdição de pessoas (idosas ou não) estão claramente estabelecidas no Código Civil, e somente um juiz pode decretá-la, segundo o procedimento adequado, que inclui exames feitos por

peritos que precisam atestar a incapacidade da pessoa de gerir sua vida pessoal, profissional, financeira, etc.

A partir da interdição, o curador se torna responsável e tem que prestar contas da curadoria (ou seja, também não pode simplesmente fazer o que quiser).

direito ao envelhecimento como um dos direitos sociais do idoso.

Além do direito ao envelhecimento o Estatuto do Idoso elenca como direitos sociais do idoso: educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços, atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, previdência social, assistência social, habitação, transporte.

Embora o dever de cuidado, zelo, proteção e efetivação dos direitos do idoso por seus familiares seja juridicamente imposto como dever legal é, antes disso, um dever moral que deveria decorrer tão somente dos laços de afeto entre os familiares. No entanto, no mundo real (diversamente do mundo ideal), muitos idosos, ao final da vida e no momento em que mais precisam de amparo, sofrem de abandono material e afetivo por seus filhos e familiares próximos.

Embora tal conduta seja naturalmente repugnante, pelo seu alto grau de ocorrência fez-se necessária a previsão do abandono do idoso como crime, responsabilizando seus familiares por tal conduta (artigo 98 do Estatuto do Idoso).

Além de configurar crime, a jurisprudência dos tribunais reconhece como devido o pagamento de indenização por danos morais decorrente do abandono afetivo praticado por familiares do idoso, pois, os filhos e familiares que abandonam os idosos deixam de lhe prestar auxílio material (alimentos

- artigo 12), falta de cuidado com saúde e higiene, abandono em hospitais. E, assim, deixam de promover e efetivar os direitos do idoso e violam a sua obrigação de prestar assistência a tais pessoas.

O descaso entre pais e filhos é algo que merece punição, é abandono moral grave, que precisa merecer severa atuação do Poder Judiciário, para que se preserve o não o amor ou a obrigação de amar, o que seria impossível, mas a responsabilidade ante o descumprimento do dever de cuidar, que causa o trauma moral da rejeição e da indiferença¹³.

2.4 Educação e Sensibilização para “uma sociedade para pessoas de todas as idades”

Uma sociedade para todas as idades possui metas para dar aos idosos a oportunidade de continuar contribuindo com a sociedade. Para trabalhar neste sentido é necessário remover tudo que representa exclusão e discriminação contra eles.

Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (parágrafo 19), Madrid, 2002

Tendo em vista o acentuado crescimento da população idosa e o fato de que muitos idosos são relegados e vivem marginalizados, segregados, desqualificados, oprimidos em decorrência de valores culturais e sociais incutidos nas pessoas desde a mais tenra idade, é preciso educar e conscientizar toda a sociedade para promover a inclusão social

Pra pensar:

Se não morrermos antes, todos nós que estamos aqui, agora, lendo este material, seremos velhos. Afinal, começamos a envelhecer no minuto mesmo em que nascemos. Como queremos ser tratados no futuro? Que vida queremos levar na velhice?

do idoso.

A discriminação da velhice no âmbito social ocorre nos mais diversos segmentos sociais. Até mesmo o dicionário Aurélio, ao conferir o significado da palavra velho utiliza termos discriminadores ao associar o envelhecimento com a inutilidade, ao conceituar o verbete “envelhecer”- “tornar-se desusado ou inútil” e “velho”- “gasto pelo uso, usadíssimo [...] desusado, antiquado, obsoleto”. (Dicionário Aurélio, 2013).

A sociedade deve ser educada para a mudança de comportamento em relação aos idosos, promovendo cultura que repugne a discriminação à pessoa idosa e que valorize a experiência e a sabedoria adquirida pelos seus anos de vivência, permitindo que pessoas de todas as idades permaneçam integradas socialmente.

O Estatuto do Idoso pretende assegurar uma sociedade para todas as idades visando promover a inclusão do idoso nas mais diversas atividades sociais, como atividades culturais, esporte e lazer (artigo 23) e a conscientização da população para a valorização do idoso (artigo 22, 24), nos seguintes termos:

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos **voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.**

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com **finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.**

Observa-se, portanto, que atualmente a legislação vigente busca a implementação de uma sociedade para todas as idades, promovendo a inserção dos idosos nos mais diversos seguimentos sociais, em eventos culturais, esportivos, artísticos, no ambiente de trabalho e buscando eliminar a discriminação e marginalização do idoso por meio da educação e conscientização dos mais novos de modo a integrar os idosos. Embora seja indubitável o avanço da inclusão social do idoso, ainda há muito a ser feito para que vivamos, efetivamente, em uma “sociedade para todas as idades”, pois, infelizmente, ainda são comuns as práticas de discriminação contra os idosos. É preciso avançar.

2.5 Pontos em Destaque do Estatuto do Idoso

Neste tópico abordaremos, em síntese, alguns dos principais direitos assegurados à pessoa idosa pelo sistema jurídico brasileiro, em especial sobre os direitos à: previdência social, assistência social, habitação, transporte, medidas de proteção aplicáveis nos casos de violação de direitos da pessoa idosa e sobre as entidades de atendimento ao idoso.

2.5.1 Da Previdência Social

O direito à previdência social é assegurado apenas às pessoas que contribuíram durante um período de tempo para a Previdência Social.

A previdência social é administrada pelo Ministério da Previdência Social e executada pelo INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social).

São benefícios concedidos no âmbito da Previdência social àqueles que contribuíram: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio doença; auxílio acidente, pensão por morte, auxílio reclusão, salário família, etc.

2.5.2 Assistência Social

A assistência social é dever do Estado e deve ser prestada a todos os que necessitarem,

independentemente de terem ou não contribuído à Previdência Social.

A Constituição Federal prevê o direito à assistência social dos idosos:

Art. 203 – A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A Assistência Social ao idoso é prestada com base na **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)- Lei 8.742/1993** que assegura aos idosos com mais de 65 anos e que não têm condições de subsistência o benefício mensal de um salário mínimo (denominado Benefício de Prestação Continuada- BPC). Este benefício será pago pelo INSS e somente é pago se a renda per capita na residência do idoso for de, no máximo, 1/4 do salário mínimo (artigo 20, §3º, da Lei 8.742/1993). O benefício de prestação continuada (BPC) pode ser requerido nos postos de atendimento do INSS e, caso seja indevidamente denegado poderá ser pleiteado nos Juizados Especiais Federais, não sendo necessária a contratação de advogado para tal finalidade.

2.5.3 Habitação

Os idosos tem direito a moradia digna e, quando abrigados em instituições, estas

devem manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades dos idosos.

O idoso tem prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, sendo assegurado exclusivamente aos idosos 3% das casas de programas habitacionais populares (artigo 38, inciso I, do Estatuto do Idoso).

2.5.4 Transporte

Os artigos 230, §3º, da Constituição Federal, artigo 39 do Estatuto do Idoso e o artigo 1º da [Lei Estadual 21.121/2014](#) garantem aos maiores de 65 anos a gratuidade do transporte público urbano e semi-urbano, bastando, para o gozo do benefício que o idoso apresente documento pessoal que prove sua idade.

No transporte público urbano também deve ser reservado 10% dos assentos para idosos, contendo sinalização.

É assegurada ao idoso prioridade no embarque e desembarque dos veículos de transporte coletivo (artigo 42 do Estatuto do Idoso).

2.5.5 Medidas de Proteção

As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que seus direitos forem ameaçados por atuação ou omissão nos casos em que há dever legal de cuidado por parte do Estado, da família ou da sociedade.

As medidas de proteção devem ser aplicadas de forma a, sempre que possível, preservar os vínculos familiares e comunitários (artigo 44 do Estatuto), podendo ser aplicadas isoladamente (apenas uma) ou de forma cumulada, de acordo com a necessidade do caso concreto.

O artigo 230 da Constituição Federal dá prioridade à manutenção do idoso nos laços familiares, tanto que, caso seja necessário programa de amparo ao idoso, este deverá ser desenvolvido no próprio lar. Desse dispositivo legal extrai-se, portanto, que o encaminhamento do idoso a abrigo é medida de proteção excepcional e só deve ser aplicada havendo impossibilidade de manutenção no lar.

Medidas Específicas de proteção do Idoso, nos casos de violação a direitos do idoso (artigo 45):

- I - encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar;
- IV - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação;
- V - abrigo em entidade;

VI - abrigo temporário

O rol de medidas de proteção acima transcrito não é exaustivo, podendo ser aplicadas outras medidas de proteção não previstas que se fizerem necessárias.

O **termo de responsabilidade** é um termo de compromisso básico firmado para o bem estar do idoso que impõe aos familiares ou aos curadores medidas que devem ser adotadas em benefício do idoso de acordo com as necessidades do caso e tendo em vista a violação de direito/ameaça sofrida.

Em regra as medidas de proteção em benefício do idoso podem ser aplicadas pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, no entanto, as medidas de abrigo em entidade e abrigo temporário, por serem excepcionais devem se submeter à apreciação do Poder Judiciário o mais rápido possível para a verificação de sua regularidade e necessidade.

2.5.6 Entidades de Atendimento ao Idoso

As entidades governamentais e não governamentais responsáveis pela assistência ao idoso deverão inscrever seus programas junto à Vigilância Sanitária e ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa, observando o disposto no artigo 48, parágrafo único, do Estatuto do Idoso.

A fiscalização da atividade das entidades de atendimento, bem como o cumprimento de seus deveres é realizada pelo Conselho

do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros (artigo 52), em conjunto ou separadamente. As entidades de atendimento devem cumprir fielmente as disposições do estatuto do idoso, sob pena de responsabilidade civil e responsabilidade criminal de seus dirigentes e prepostos (artigo 55).

3. Atores, Papéis e Atribuições na Rede de Proteção

3.1 Como Acessar os direitos: mecanismos de proteção, encaminhamentos e redes de proteção integrada.

Já vimos que os idosos são pessoas em situação de vulnerabilidade e que, por isso, precisam de e merecem proteção específica. O direito à velhice digna é um direito fundamental da pessoa humana, decorrendo diretamente do direito à vida e do direito à dignidade da pessoa humana. Tais direitos são chamados de indisponíveis (porque deles nem mesmo o próprio “dono” – também chamado de titular - pode abrir mão) e devem ser objeto de máxima proteção pelo Estado.

Quem protege o idoso? De quem é essa responsabilidade? Dos filhos? Dos demais familiares? Certamente que sim. Reflita: quem mais, além dessas pessoas, é responsável? Se uma violência é praticada contra o idoso pelo seu próprio cuidador (que pode ser um familiar próximo), quem deverá agir para protegê-lo? Se a idosa é vulnerável e quem deveria protegê-la, ao contrário, viola seus direitos, ela estará desamparada?

Para que a proteção do idoso seja efetiva é preciso um sistema integrado de garantias, ou seja, um conjunto de órgãos públicos, além das pessoas e organizações privadas, são responsáveis pela prevenção, efetivação e garantia dos direitos do idoso. Para realizar

o seu dever de proteção integral à pessoa idosa, assegurando, concretamente, que seus direitos já previstos em lei serão respeitados e efetivados, o Estado (União, Estado, Município) deve disponibilizar uma rede de serviços voltados especificamente à pessoa idosa.

O artigo 230 da CF/88, que dispõe sobre os deveres conjunto da família, sociedade e do Estado de amparar a pessoa idosa, de assegurar sua participação na comunidade, sua dignidade, bem estar e direito à vida¹⁴, é a base para o que chamamos de “princípio da incompletude institucional” e também fundamento para a necessidade de atuação articulada, integrada e em rede dos diversos atores responsáveis por garantir os direitos do idoso. Assim expressa o EI:

Art. 46. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O que é a *incompletude institucional*? Esse é um conceito importante para compreender o trabalho em rede. Em termos muito simples, reconhecer que a incompletude das instituições é um princípio básico de atuação, quer dizer que compreendemos que cada instituição não pode, sozinha, dar conta de tudo que é necessário para promover os direitos do idoso e garantir que sejam respeitados e punir as violações. Cada pessoa e instituição tem, portanto, sua parcela específica de responsabilidade no

Sistema de Garantia de Direitos do Idoso. E já que as instituições são incompletas, é preciso que atuem em rede, para, assim, cobrirem todos os aspectos necessários para a Proteção Integral.

Quando a CF/88 atribui como dever da família, sociedade e do Estado a prevenção e efetivação dos direitos da pessoa idosa, ela está partindo do pressuposto de que as instituições de proteção, garantia e controle são incompletas e têm essas responsabilidades específicas e bem delimitadas.

Dentro dessa ideia de incompletude, a participação social assume um papel de extrema importância na formulação, gestão e execução de políticas públicas para o idoso. Ao mesmo tempo, cada um dos atores governamentais assume sua parcela de responsabilidade na proteção integral, porém de forma articulada e integrada (em rede). Os Conselhos do Idoso são exemplo dessa forma de participação social, garantindo-se neles a presença de representantes do governo e da sociedade civil, em três ou quatro esferas (federal, estadual, regional – em alguns casos – e municipal).

Refletindo a ideia da incompletude institucional e da articulação e atendimento em rede, como objetivo de assegurar a prevenção e efetivação dos direitos legalmente assegurados à pessoa idosa, o Estatuto do Idoso prevê um conjunto de órgãos e instâncias do poder público voltados diretamente à prevenção, reparação

e efetivação dos direitos da pessoa idosa nos níveis federal, estadual e municipal. Trata-se do chamado “**Sistema de Garantias dos Direitos do Idoso**”, o qual é composto dos seguintes órgãos:

a) Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) - é órgão superior integrante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR e visa, em síntese, elaborar as diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional do Idoso, observadas as linhas de ação e as diretrizes do Estatuto do Idoso, bem como, acompanhar e avaliar a execução dessas diretrizes.

b) Conselho Estadual do Idoso (CEI) - é órgão deliberativo e controlador de políticas e ações voltadas ao idoso no âmbito estadual. O CEI do Estado de Minas Gerais foi criado pela Lei 13.176 de 20 de janeiro de 1999 e visa, em síntese, zelar pela Política Estadual do Idoso, cumprir as normas constitucionais e infraconstitucionais referentes aos idosos, indicar ações prioritárias a serem adotadas no planejamento global do estado em relação ao idoso e atuar junto à órgãos de segurança e justiça para que o idoso receba tratamento especial e de qualidade.

c) SOS Idoso - é um telefone que atende denúncias de maus-tratos,

ameaças, abandono e violências contra a pessoa idosa, promove orientações em geral, fiscaliza estabelecimentos que prestam serviços aos idosos. Em Belo Horizonte o Disque Idoso funciona pelo número (31) 3277-4646.

d) Sistema Único de Saúde- SUS - possui atendimento especializado à saúde da pessoa idosa. A Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa (COSAPI/DAET/SAS) é responsável pela implementação da Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa, instituída pela Portaria 2.528 de 2006 que tem como diretriz: “ envelhecimento ativo e saudável, atenção integral e integrada à saúde da pessoa idosa, estímulo às ações intersetoriais, além do fortalecimento do controle social, garantia de orçamento, incentivo a estudos e pesquisas dentre outras.”

e) Sistema Único de Assistência Social - SUAS- organiza ações da assistência social e a oferta de benefícios assistenciais. Há dois tipos básicos de proteção social: Proteção Social Básica, que visa preservar riscos sociais e pessoais mediante oferta de programas, projetos, serviços e benefícios à famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social, e a Proteção Social Especial, que destina-se a proteger indivíduos que se encontram em situação de risco e tiveram seus direitos violados por

maus-tratos, abusos, violências, e etc.

f) Vigilância em Saúde - serviço municipal de inteligência sanitária direcionado à saúde de sua comunidade. A Vigilância promove ações de promoção à saúde com monitoramento epidemiológico de doenças, atividades sanitárias programadas, oferta de medicação de controle, análise de “perfil demográfico epidemiológico”.

g) Poder Judiciário (Varas do Idoso) - varas especializadas de atendimento ao idoso, nos termos do artigo 70 do EI, visando, precipuamente, maior garantia aos idosos, concentrando processos que versem sobre seus direitos, promovendo o acesso à justiça e agilizando a tramitação de processos.

h) Defensoria Pública (núcleo do idoso) - órgão de execução da Defensoria Pública do Estado que atua em casos de lesão e ameaça de lesão aos direitos da pessoa idosa.

i) Ministério Público (promotorias do Idoso) - atua na defesa dos direitos transindividuais da pessoa idosa, bem como tutela individual do idoso em situação de risco com aplicação de medidas protetivas, recebe denúncia acerca de maus tratos, violências e crimes contra a pessoa idosa.

j) Polícia Civil (Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso-DEPI) - registra

casos de abandono, maus-tratos, lesão corporal e demais crimes contra a pessoa idosa.

Para o sucesso na proteção e na efetivação dos direitos do idoso, é necessária atuação integrada, conjunta e eficiente de todos esses órgãos (em rede), abandonando uma visão compartimentada e segmentada de incumbências.

Cada um desses atores, em suas instituições, tem um papel a cumprir, com esferas de atribuição legalmente definidas, sendo, imprescindível, a atuação integrada e eficiente de todos esses órgãos públicos, pois a falha na atuação desses órgãos pode implicar em violação de direitos da pessoa idosa. Na definição concreta das atribuições desses papéis, além do disposto na lei, deve-se procurar atuar em rede; além disso, o atendimento às idosas deve ser, na medida do possível, realizado num mesmo local.

É a mesma lógica utilizada na concepção de políticas públicas e garantias de direitos para as mulheres, e para crianças e adolescentes (como já vimos, o direito do Idoso se inspirou muito na estrutura e conteúdo do ECA e de outros documentos de proteção de direitos das crianças).

Para o trabalho articulado e em rede, portanto, é necessária a constante troca de informações, diálogo, troca de experiência, engajamento, colaboração institucional e também individual por parte dos agentes públicos e profissionais que atuam na rede.

O trabalho em rede pressupõe articulação e interrelações entre instituições, serviços, atores implicados na promoção, proteção e defesa de direitos em um determinado território, com o compartilhamento de objetivos e propósitos comuns¹⁵.

Para que se efetive a proteção integral do idoso, para o desenvolvimento e o sucesso de medidas de proteção ao idoso, para a formulação de políticas públicas, para que as decisões judiciais sejam aptas à prevenção e pacificação de conflitos e ao enfrentamento de violências envolvendo o idoso é preciso que o idoso seja considerado o centro do Sistema de Garantia de direitos.

3.1.1 Escuta e atenção ao idoso – Análise de fatores de risco e proteção e da rede de apoio social como base para trabalho com idosos

Imagine que – ou talvez você nem precise imaginar, se, em seu trabalho, atende idosos cotidianamente – um idoso que você conhece chega a você com evidentes sinais de que está sofrendo. Ele pode estar sofrendo uma violência mais ou menos grave (como as descritas no capítulo 2 deste módulo), ou simplesmente se sentindo sozinho ou triste.

Se você sente falta de algum modo mais preciso para ajudá-la a ter uma vida melhor, há alguns instrumentos que podem ajudar você a traçar uma estratégia simples que pode melhorar as condições de vida da idosa, em diversos níveis.

O primeiro desses instrumentos é a identificação de **fatores de risco e de proteção em cada área da vida do idoso**. Essa identificação e análise é feita **junto com** o idoso, e **escutando-o verdadeira e atentamente**. Portanto, evite fazer comentários e sugerir respostas.

Simplesmente escute o idoso. Tome um tempo.

Pergunte a ele – como é sua vida? Como você se sente? Você tem algum problema de saúde? Onde você vive? Como é sua casa? Você tem o necessário para viver bem? Quem vive com você? Quem ajuda você com suas tarefas quando você não pode fazer? O que você faz durante a semana e aos finais de semana? Quando você tem um problema, a quem você recorre? Você sabe se há promotoria, delegacia, CREAS e outros serviços perto de você, especializados em idosos? Você sabe como acessar esses serviços? Você trabalha, se diverte? Como você se locomove na cidade?

Essas perguntas vão ajudar você a identificar os **fatores de risco e de proteção em cada área da vida do idoso**.

Os **fatores de risco** são fatores de natureza pessoal, social ou ambiental que aumentam a probabilidade de os idosos virem a padecer de perturbações de saúde e psicológicas em sua vida. O risco representa um obstáculo em nível individual, social e/ou ambiental que potencializa a vulnerabilidade do idoso a resultados negativos que prejudicam seu

desenvolvimento como pessoa e sua vida cotidiana. Por exemplo: inadequação de sua casa, falta de atendimento de saúde, violência de qualquer tipo, residência em zona de risco social, isolamento social, problemas de saúde física e/ou mental, dificuldade de locomoção e acesso a serviços e locais de convívio social, etc.

Os **fatores de proteção** são pessoas, locais, organizações, redes de apoio social que ajudam o idoso a superar ou diminuir os fatores de risco. Identificar esses fatores é importante para ajudar o idoso a encontrar saídas que melhorem a sua qualidade de vida.

É importante que você faça essa análise em **4 níveis: individual, das relações, da comunidade e da sociedade**.

A primeira coisa que você pode fazer, portanto, **junto com** a idosa, é, após ouvi-la verdadeira e atentamente, identificar esses fatores de risco e de proteção, colocando-os em uma tabela simples. Veja um exemplo na próxima página.

Muito importante! Quando ocorrem situações, de natureza social ou ambiental, elas serão ou não classificadas como fatores de risco ou de proteção dependendo da visão de cada idosa, ou seja, depende de como ela percebe e atribui significado a essa pessoa, instituição, situação ou evento. Assim, o que é considerado como fator de risco ou de proteção para uma pessoa pode não ser considerado como tal para outra. Depende da vivência de cada um! Por isso, a escuta da idosa é extremamente importante!

Nível	Fatores de Risco	Fatores de Proteção
Individual	Fatores de vulnerabilidade dos familiares (doença física ou mental; uso de drogas ou abuso de álcool, etc); fatores de vulnerabilidade do idoso (depressão, problemas de saúde)	Boa auto-estima e capacidade de relacionamento do idoso; Boa auto-estima e capacidade intelectual do cuidador; habilidade do cuidador de avaliar situações de risco para o idoso e de protegê-lo em situação de violência.
Relações	Condições de moradia inadequadas; violência entre pais e filhos, discriminação; ausência de rede de apoio em situações difíceis.	Apoio entre membros da família; limites claros; rotinas pré-estabelecidas e de fácil compreensão; habilidade em resolver problemas de forma amigável;
Comunidade	Tolerância de violência e desigualdade sociais; alto índice de desemprego; pobreza; tráfico de drogas; falta de políticas públicas; falta de acesso a saúde; falta de delegacia do idoso no local.	Acesso a serviços de apoio comunitário; programas orientados a idosos vulneráveis e suas famílias; há iniciativas locais para inclusão social, diversão, instrução e saúde dos idosos, além de iniciativas de proteção contra maus-tratos a idosos; família estendida morando perto. Há órgãos de defesa do direito no local e o idoso sabe acessá-los.
Sociedade	Falta de políticas socioeconômicas, de saúde e educação; norma social e cultural que glorifica a violência e discrimina os idosos; falta de colaboração entre setores para um sistema de prevenção.	Existe uma legislação de proteção ao idoso; há delegacias do idoso no local; há centros do idoso do Ministério Público; há campanhas de divulgação sobre os direitos do idoso e de prevenção da violência.

Um importante fator de proteção para o idoso é sua **rede de apoio social** (presente no item Relações da tabela acima). A rede de apoio social ajuda a definir as formas como a pessoa percebe seu mundo e se orienta nele, bem como suas estratégias e competências para estabelecer relações e

enfrentar adversidades.

A família, os amigos, o sistema moral e de valores constituem esferas da vida potencialmente capazes de fornecer apoio à pessoa nas diversas relações sociais e diante dos variados eventos que ela experiencia. Quanto mais satisfatória for a percepção da pessoa em relação à sua rede de apoio

social, mais fortes serão seus sentimentos de satisfação com a vida. Frente a fatores de risco ou a eventos estressantes, a necessidade de apoio social aumenta, como uma forma de “empoderar” o indivíduo para o enfrentamento da situação¹⁶.

Os laços sociais são importantes redutores do risco de depressão entre idosos e promotores de autoconfiança. O apoio social também está associado a uma melhor habilidade cognitiva, e o apoio social e a segurança providos pela rede social estão vinculados ao bem-estar e à satisfação com a vida dos idosos.

Alguns aspectos importantes a observar na análise das redes sociais do idoso são:

- gênero: as mulheres, geralmente, têm mais competências interpessoais (o que as permite manter relações mais calorosas e íntimas), e as relações sociais entre elas são de maior qualidade do que as relações entre os homens. Assim, a rede de apoio social de mulheres costuma ser composta por um maior número de pessoas do que a de homens. Além disso, “as mulheres são apontadas como as principais cuidadoras dos demais membros da família ao longo de suas vidas, o que pode estar associado à manutenção deste papel social ou da possibilidade de receber o cuidado dos familiares como retribuição”.
- idade: “Pelo avanço dos anos de vida, o idoso pode experimentar um decréscimo

no número de indivíduos que compõem sua rede, devido a doenças e mortes de pessoas coetâneas.

- redes informais x formais: As redes informais de apoio a idosos (familiares, amigos, vizinhos), principalmente aqueles dependentes, exercem um papel fundamental especialmente quando as redes formais (centros comunitários, hospitais, etc.) são escassas ou insatisfatórias. As relações sociais do idoso com seus familiares e amigos exercem um papel significativo na promoção e manutenção do seu bem-estar.
- amizades: “embora a família seja a fonte primária de apoio social e afetivo ao idoso, as relações de amizade na velhice repercutem de forma especialmente benéfica. Portanto, as amizades funcionam como importante fator de proteção ao idoso, especialmente quando são espontâneas e permitem a troca de experiências e vivências comuns entre pessoas”.

Assim, outro instrumento que você pode usar juntamente com a análise de fatores de risco e de proteção é o **Diagrama da escolta**¹⁷.

O diagrama ajuda você a identificar esta rede de apoio social **junto com** a idosa, a partir de perguntas que você faz a ela. Com essa rede identificada, de pessoas mais próximas e mais distantes, é possível refletir sobre

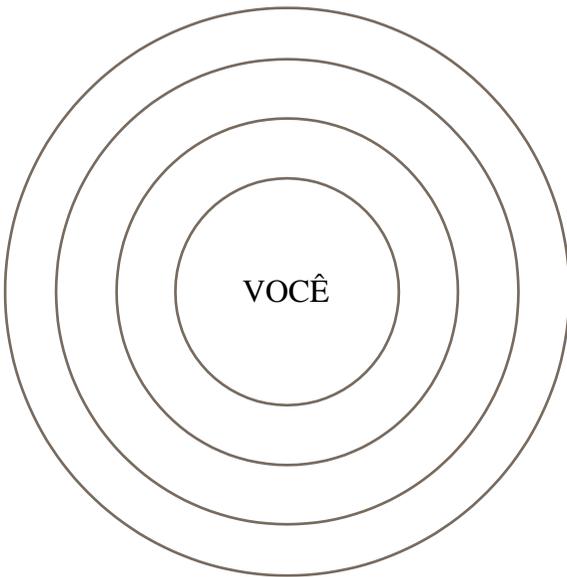


Diagrama de escolta

quais laços seria bom reforçar, e que pessoas contatar em cada caso. Isso possibilita que a idosa tenha nas mãos uma memória de sua rede social (assim como você, caso precise contatar alguém de sua família para apoiar a idosa em determinadas situações).

Folha para Aplicação do Diagrama da Escolta

Nome:

Idade:

Passo 1. Conhecendo o dia-a-dia do idoso.

- 1) Como é o seu dia-a-dia? (tente explorar bem a resposta).
- 2) E o seu final de semana? (tente explorar bem a resposta).

Apresente o Diagrama

Proponha que a idosa pense nas pessoas que são importantes em sua vida neste momento.

Então, peça a ela que coloque seus nomes em um dos três círculos do diagrama baseado no quão próxima ela se sente a essas pessoas. Explique que no círculo mais próximo ao do centro (onde está representada a idosa), ela deve colocar as pessoas das quais ele se sente mais próxima. Pergunte: “Há uma pessoa ou pessoas tão próximas a você que seria difícil imaginar sua vida sem elas?”.

Para o círculo seguinte (intermediário), deve-se seguir o mesmo procedimento, mas nele devem ser colocadas as pessoas não tão próximas, mas que ainda assim são muito importantes para ele.

No círculo externo, o entrevistado deve ser instruído a colocar os nomes das pessoas que ainda não foram mencionadas, mas que são próximas e importantes o suficiente para integrarem a sua rede pessoal.

Há mais alguém que a idosa gostaria de colocar no diagrama?

Depois disso, registre as informações abaixo sobre as dez primeiras pessoas mencionadas: idade, sexo, tipo de relação com o entrevistado, tempo de conhecimento, proximidade e frequência de contato.

Instruções:

1. Idade: em anos,
2. Sexo: m (masculino) e f (feminino),
3. Tipo de relação: cônjuge, filho/a, outro membro da família ou amigo/a,
4. Tempo de conhecimento: há quanto tempo se conhecem? (anos, meses)
5. Proximidade: em tempo de deslocamento medido em minutos, ex: 60 min, 50 min.
6. Frequência de contato: 1-irregularmente, 2- anualmente, 3- mensalmente, 4-

Indique o número da pessoa correspondente para cada situação:

Conjugando as duas análises – dos fatores de risco e de proteção e da rede de apoio social – da idosa, pode-se traçar um **plano de ação** para cada idosa, percebendo-se que tipo de necessidade ela tem: é preciso melhorar a socialização? Há algum fator de risco importante? Para neutralizar esse risco, há algum fator de proteção disponível? Que pessoas e organizações privadas e públicas, que movimentos, grupos, fazem parte da vida dessa idosa que podem ajudar a melhorar a sua vida? Ela precisa de atenção médica especializada? De atenção da assistência social? Ela sabe acessar esses serviços?

A partir dessas perguntas e das respostas a elas, você pode identificar, do nível individual ao social, **estratégias para melhorar cada área que precisa de atenção**. Encaminhá-la a um serviço de saúde especializado, à delegacia do idoso ou ao ministério público, estimulá-la a convidar amigos para atividades sociais, indicar a ela centros de atenção e atividades de educação, cultura e lazer, indicar medidas de proteção para melhoria de sua mobilidade, etc. No próximo item deste documento você encontrará informações sobre alguns órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos do Idoso – SGDI – para os quais você pode encaminhar a idosa que você quer ajudar.

Perceba que esses instrumentos de análise se encontram inteiramente em consonância

com a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso, e traduzem, na prática, o que verdadeiramente preveem essas normas: “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” e “é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”, principalmente se nos lembrarmos dos princípios da Prioridade Absoluta e da Proteção Integral do Idoso. Esse é o modelo ideal de prevenção e defesa dos direitos do idoso que todos devem buscar efetivar e alcançar.

3.1.2 Alguns órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos do Idoso – SGDI - em Minas Gerais

Considerando que o Estado é um desses atores que tem o dever de assegurar os direitos do idoso e, visando bem desempenhar o seu dever de assegurar e concretizar tais direitos, o Estado de Minas Gerais vem implementando diversos órgãos que fazem parte do SGDI.

Visando a concretização de tais direitos estão à disposição da população idosa

do Estado de Minas Gerais o **Conselho Estadual do Idoso(CEI)** - criado pela **Lei 13.176 de 20 de janeiro de 1999**) e os **Conselhos Municipais do Idoso**, órgãos compostos por representantes do estado e do município, respectivamente, e da sociedade civil, que buscam discutir e controlar as políticas públicas estaduais e municipais, respectivamente, que serão implementadas em favor da pessoa idosa, concretizando os direitos e garantias previstos na lei.

Para a efetivação do direito à vida, à liberdade e ao respeito à dignidade do idoso, atualmente estão à disposição dos idosos e familiares que sofreram violência o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV), que oferece atendimento especializado, com equipe interdisciplinar (advogados, assistentes sociais, psicólogos) que visam viabilizar a reinserção social do idoso que foi violentado, reparar a violência vivenciada e o acesso à justiça¹⁸. Tal órgão será gradualmente extinto e substituído pelo Centro de Referência em Direitos Humanos.

O Centro de Referência de Direitos Humanos é uma política pública da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) que objetiva fomentar a ampliação da cidadania e o aprofundamento da participação popular em Minas Gerais, por intermédio de um equipamento social regional que integre serviços e ações de promoção, proteção e participação social, consolidando, assim,

uma Rede de Cidadania Ativa e a política de enfrentamento a violações de Direitos Humanos no Estado. Em Minas Gerais, o CRDH será implementado nas 17 (dezesete) regionais de planejamento do Estado.

Os Centros deverão ser uma Casa de Encontro, de convivência entre pessoas e movimentos sociais do campo e da cidade. Um espaço físico onde são implementadas ações que visam à defesa e à promoção dos Direitos Humanos, bem como à participação social e ao exercício da cidadania e de encaminhamento e apoio a demandas voltadas para práticas de cidadania e/ou casos de violações de Direitos Humanos.

O público usuário do Centro de Referência de Direitos Humanos será constituído por qualquer pessoa que demande orientação sobre serviços, políticas, projetos e programas disponibilizados pela rede local, informações sobre seus direitos e deveres; por pessoas que se encontram em situação de violação de Direitos Humanos, em suas diversas formas de manifestação, como a violência, intolerância, preconceito, desrespeito, abuso, maus tratos, negligência e abandono, motivada por religião, gênero, orientação sexual, nacionalidade, cor, etnia e outras. Além de pessoas que queiram registrar denúncia ou que se interessem em participar de atividades de cidadania e defesa de Direitos Humanos. (equipamento social).

A **Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais** também desempenha

importantíssimo papel para a efetivação dos direitos da idosa. No âmbito individual, as idosas hipossuficientes, que não têm condições de arcar com o pagamento de advogados particulares para a tutela de seus direitos, podem procurar a Defensoria Pública mais próxima e solicitar a assistência jurídica, orientação e consulta necessárias. No âmbito coletivo, a Defensoria Pública é apta para a ampla tutela dos direitos da pessoa idosa. Ou seja, na defesa dos direitos coletivos de idosos, a Defensoria pode atuar, não importa se os idosos têm ou não condições de pagar os custos do processo e os honorários de advogado.

A **Delegacia Especializada de Atendimento à Pessoa com Deficiência e ao Idoso**, presente, normalmente, em cidades maiores, atende exclusivamente os idosos com o objetivo de prestar atendimento especializado e diferenciado. Recebe denúncia, preside investigações e encaminha a conclusão da investigação ao Ministério Público. Deve ser acionada para o registro de violação dos direitos da pessoa

idosa, em especial de ocorrências de casos de abandono, lesão corporal, maus tratos, e todas as formas de violência contra a pessoa idosa (econômica, física, psicológica). Caso um município não conte com tal unidade especializada, a denúncia pode ser feita na delegacia comum mais próxima (Polícia Civil).

A **Promotoria de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos (Ministério Público do Estado de Minas Gerais)** também pode ser acionada mediante denúncia realizada pelo próprio idoso, seus familiares e por qualquer pessoa, realizadas na ouvidoria do Ministério Público. Visa garantir os direitos da idosa assegurados no Estatuto e aplicar as medidas de proteção ao idoso previstas no EI. Deve promover e acompanhar ações judiciais em defesa da idosa e atuar como fiscal da lei em outras ações judiciais que envolvam direitos do idoso. Em caso de violência, deve-se encaminhar a idosa ao Serviço de Proteção Especial (ver adiante – item sobre Assistência Social).

Você sabia?

O Ministério Público deve atuar como “fiscal da lei” nas ações e questões judiciais ou não judiciais que envolvam direito do idoso. Ser um “fiscal da lei” significa fiscalizar e zelar pelo cumprimento e fiel aplicação das lei do idoso. Ou seja, sempre que um idoso tiver seus direitos violados ou mesmo se houver ameaça a seus direitos, o Promotor de Justiça pode e deve atuar para garantir que o melhor seja feito em benefício do idoso.

A **Coordenadoria Especial de Políticas para o Idoso (CEPID)** que integra a Secretaria do Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais (SEDPAC) visa incentivar, acompanhar, fiscalizar e avaliar políticas públicas estaduais, bem como, controlar e executar políticas públicas, no âmbito da SEDESE- Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, para atender às necessidades da pessoa idosa. A CEPID encontra-se disponível para atendimento pelo telefone: 3916-7999.

A **Coordenadoria Municipal de Direitos da Pessoa Idosa- CDPI/ PBN** é órgão vinculado à Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania que visa a coordenação de políticas públicas municipais voltadas à população idosa. Esse órgão, quando presente no município, atua diretamente com os Conselhos Municipais do Idoso na definição das políticas públicas que serão realizadas pelo município em favor do idoso.

Direito à Saúde:

Para a efetivação do direito à saúde da idosa, é assegurado o atendimento e orientação no centro de saúde mais próximo de sua residência para o primeiro atendimento. Se houver necessidade, os profissionais da saúde encaminharão a idosa para atendimento especializado ou enviarão uma equipe do Programa Saúde da Família para atendimento domiciliar.

Nos casos de urgência, os idosos e seus

familiares deverão procurar unidade de pronto socorro mais próxima. Para a obtenção de informações o idoso e seus familiares podem ligar para o SUS pelo Disque Saúde- 136.

Também está à disposição da idosa o **Disque Idoso**, pelo número 0800 6441401. Esse serviço é oferecido pela Secretaria do Estado da Saúde em parceria com o Centro de Referência do Idoso do Hospital das Clínicas da UFMG e consiste no atendimento telefônico para orientação sobre a saúde da pessoa idosa e no fornecimento gratuito de medicamentos.

Direito à Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Convivência Social do Idoso:

Para a promoção da educação, cultura, esporte, lazer e garantir a integração e convivência social do idoso, tão fundamental para a manutenção de sua qualidade de vida, o Espaço de Convivência Digital para o Idoso oferece cursos gratuitos de informática básica para idosos.

Para obter informações e agendamentos relacionados à previdência social, a idosa pode contatá-los pela Central de Atendimento discando 135.

Direito à Assistência Social e medidas de proteção específicas:

O **CRAS- Centro de Referência de Assistência Social**, em atenção ao Programa de Atenção Integral às famílias, e os **Centros de Convivência para Idosos**,

oferecem serviços de proteção básica de assistência social aos idosos, tais como: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para o idoso, proteção social básica em domicílio para idosos e ações socioeducativas para promover autoestima, autonomia, criatividade e etc, com o objetivo de fortalecer os vínculos do idoso com a sociedade e a família, estimulando a convivência, socialização e o acolhimento familiar.

A Diretoria de Proteção Social Especial (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE) também promove o acompanhamento profissional e apoio ao idoso e seus familiares para promover o fortalecimento de vínculos familiares e sociais e a conquista de autonomia e independência. Os atendimentos da SEDESE podem ser em período integral ou parcial, na forma de atendimento domiciliar, em centros-dia, ou na forma de atendimento de reabilitação na comunidade, a depender das peculiaridades de cada caso.

Os **centros-dia** são locais reservados para o atendimento especializado e contínuo do idoso, que possibilitam a permanência diurna de idosos com dependência parcial para desempenho de suas atividades diárias e que necessitam de assistência multiprofissional (fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, nutrição) promovendo melhora na autoestima, evita depressão e estimula a independência e autonomia, sendo mais uma alternativa para os cuidados de idosos

para além da família e de cuidadores.

Direito ao Transporte:

Conforme vimos anteriormente, ao idoso maior de 65 anos a Constituição Federal assegura gratuidade nos transportes coletivos urbanos (artigo 230, §2º). No entanto, além de tal gratuidade, os idosos a partir de 60 anos cuja renda individual seja de até dois salários mínimos poderão ser beneficiados com gratuidade ou desconto de 50% sobre o valor da passagem interestadual em transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário. Para isso, é necessário, apresentar a **Carteira do Idoso**, que pode ser solicitada junto ao CRAS- Centro de Referência de Assistência Social.

3.1.3 A sociedade civil em ação: promovendo os direitos e protegendo os idosos

Já vimos que, além da família e Estado, a sociedade civil tem papel fundamental na reivindicação e efetivação dos direitos da pessoa idosa e das políticas públicas correlatas.

Essa responsabilidade é de todos nós, como cidadãos, associados ou individualmente, das empresas privadas, fundações, organizações não governamentais (ONGs), universidades e escolas. Todos esses atores compõem a rede de proteção social básica do idoso, que é fundamental para a efetivação dos direitos dos idosos.

A **Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)**, filiada à Associação Médica Brasileira (AMB) foi uma das pioneiras na busca da efetivação dos direitos dos idosos e até hoje oferece cursos, congressos, simpósios com vistas a esclarecer e difundir conhecimentos na área de geriatria e gerontologia.

O **SESC (Serviço Social do Comércio)** também foi pioneiro em sistematizar um programa de atendimento aos idosos que busca instigar a reflexão sobre o envelhecimento digno, além de manter rede de serviços aos idosos que permite a participação em atividades e trabalhos em grupo entre idosos e com pessoas das demais gerações, interagindo com novas formas de conhecimento compartilhando experiências vivenciadas. O SESC oferece atividades voltadas aos idosos, tais como: atividades físicas, educação em saúde (campanha de saúde e prevenção de doenças), recreação (bailes, danças, excursões e passeios, festas e comemorações, colônia de férias), cinema, cursos e oficinas (artesanato, literatura e língua estrangeira, teatro, instrumentos musicais), dentre outras.

Outro exemplo é a **Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas e Idosos (COPAB)** que acompanha as questões ligadas aos aposentados, oferece informações sobre a situação econômico-social do país, acompanha ações coletivas que envolvem interesse nacional dos aposentados, realiza seminários e palestras para ampliar o debate sobre aposentadoria

levando-as a conhecimento dos movimentos nacionais de aposentados.

No Estado de Minas Gerais, em especial, podemos verificar a atuação da sociedade civil para a proteção e promoção dos direitos do idoso, pelas seguintes entidades: **Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais (FAP-MG)** é entidade de defesa dos aposentados segurados do Regime de Previdência Social Pública, bem como, Regime Geral da Previdência Social e é filiada à COBAP; **Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais (ACI-MG)** visa divulgar o trabalho de cuidador, a profissionalização e o reconhecimento da categoria como profissão; **CIAPE (Centro Interdisciplinar de Assistência e Pesquisa em Envelhecimento)** presta consultoria, assessoria e treinamentos para a implementação de serviços para o idoso, promove pesquisa na área do envelhecimento e saúde do idoso e presta atendimento clínico ambulatorial e domiciliar; dentre outras.

3.2 Envelhecimento e Políticas Públicas de Mobilidade, Acessibilidade e Assistência Social

3.2.1 Mobilidade e Acessibilidade do idoso

O direito à liberdade é assegurado pela CF/88 no artigo 5º, caput. Parte do direito à liberdade, os direitos à mobilidade e

acessibilidade consistem no direito de ir e voltar, saber como chegar e sentir-se bem vindo.

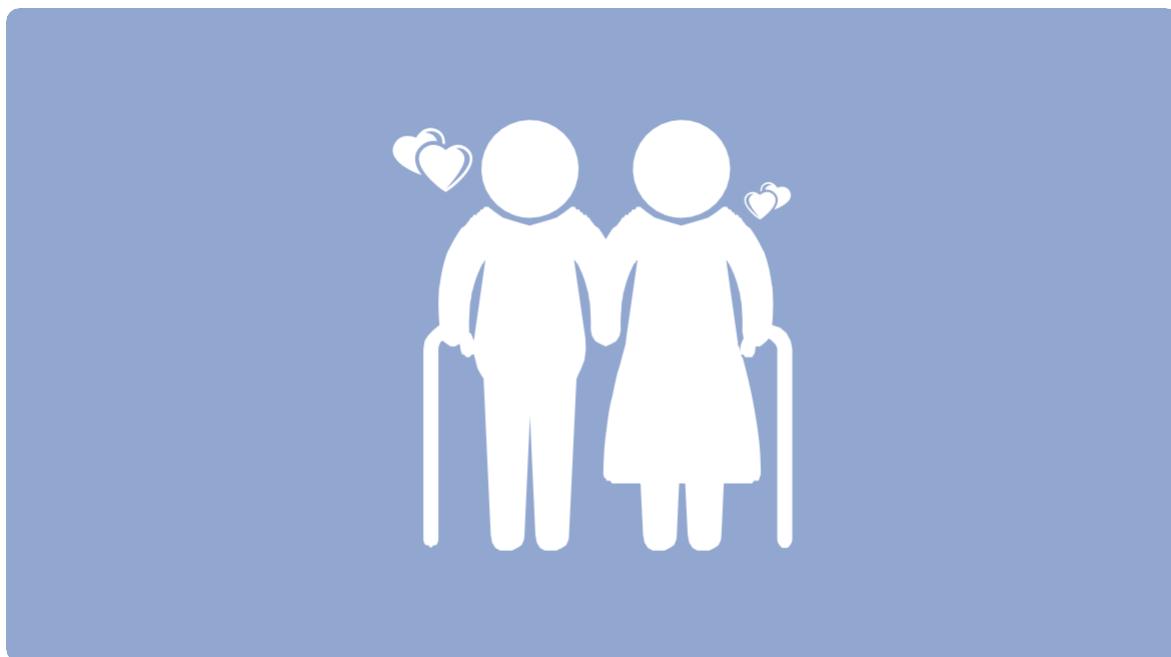
Com o passar do tempo, as idosas vão “diminuindo o passo”. Idosas que se mantêm ativas e fazem atividade física regular demoram muito mais para perder a agilidade, mas a diminuição da velocidade do caminhar e a conseqüente necessidade de locais seguros para a circulação é um fato.

Preste atenção na calçada na frente de sua casa, na frente do local onde você trabalha, em uma avenida ou rua de grande movimento em sua cidade. Essas calçadas estão adequadas para a circulação de pessoas? E se essas pessoas estiverem em uma cadeira de rodas, ou usando uma bengala ou andador? A calçada é segura? Se chover, ela se torna um local escorregadio e perigoso? E os locais

que você costuma frequentar? (incluindo sua própria casa e locais de trabalho, lazer...) Será que um idoso consegue se movimentar com segurança nesses locais?

As cidades brasileiras, em geral, não se preocupam com a mobilidade de seus cidadãos – o que dirá daqueles que têm necessidades especiais. Muitas de nossas calçadas se parecem mais com “pistas de corrida de obstáculos”. Elas impedem que pessoas se movimentem pelas cidades com “segurança, independência, autonomia e espontaneidade”¹⁹.

Os problemas de mobilidade são causados, principalmente, por falta de planejamento nas cidades, degradação nos espaços públicos, falta de manutenção e por ilegalidade e falta de punição dos infratores (administradores públicos e empresas



privadas descomprometidos com tal direito).

E mais: no caso do idoso, a questão da mobilidade está diretamente relacionada ao direito à saúde! E não estamos falando só do direito de poder caminhar para exercitar-se – o que promove saúde, como todos sabem – mas de uma questão importantíssima para a saúde e a vida do idoso: a prevenção de quedas.

É comum que, junto com a diminuição da mobilidade, a idosa vá perdendo, também, o equilíbrio, e perdendo a confiança em andar com a postura ereta. Quem já não viu uma idosa toda curvada, caminhando com medo, como se fosse cair ao chão a qualquer momento? Claro que nem todas as idosas chegam a este ponto, mas uma coisa é fato: quedas são mais comuns entre pessoas idosas; e uma queda que, para uma adulta mais jovem, acarretaria somente um pouco de transtorno, pode levar uma idosa até mesmo à morte.

Por quê? Pra começar, quando há um obstáculo, o tempo de reação do idoso é

mais lento, e os ossos, músculos e ligações (tendões, cartilagens) já não estão mais tão fortes para resistir ao impacto, de modo que o idoso se quebra com mais facilidade. Além disso, o tempo de recuperação no caso de lesões e cirurgias eventualmente necessárias pode ser muito mais lento do que em um adulto mais jovem. E, em muitos casos, cirurgias que seriam recomendadas para corrigir a lesão se tornam procedimentos de alto risco, por causa da idade e de eventuais condições de saúde crônicas (como doenças cardíacas, renais, etc).

A **Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000** prevê normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. É preciso lembrar, portanto, que a idosa, muitas vezes, além de andar mais devagar, depende de apoios como bengalas ou andadores, e até mesmo de cadeira de rodas.

A administração municipal é a responsável pela implantação, promoção e manutenção

Para saber mais!

Saiba mais: No Brasil, cerca de 30% dos idosos caem pelo menos uma vez ao ano. O risco deste tipo de acidente pode ultrapassar 50% entre as pessoas acima de 85 anos.

A principal e mais grave consequência das quedas são as fraturas, que geram declínio funcional, risco de novas quedas, depressão e até aumento da mortalidade.

Fonte: <http://www.einstein.br/einstein-saude/bem-estar-e-qualidade-de-vida/Paginas/como-prevenir-a-queda-de-idosos.aspx>

da acessibilidade e mobilidade dos idosos e de todas as demais pessoas. Devem ser implantadas, portanto, políticas públicas municipais para, em linhas gerais, garantir a mobilidade nos espaços reservados aos pedestres, eliminando eventuais obstáculos que impeçam a mobilidade (por exemplo, retirando obstáculos - como postes de iluminação e lixeiras - que dificultam a movimentação). No espaço dos pedestres, devem existir calçadas, passarelas e faixas de travessia, rampas para acesso de cadeirantes e corrimãos em locais de grande declividade

O Poder Público ainda tem o dever de fiscalizar as condições de acessibilidade das calçadas e edifícios antes de conceder “habite-se” e nos períodos de avaliação venal do imposto predial e territorial urbano (IPTU), verificando se os proprietários do terreno cumpriram com o seu dever de construir e manter as calçadas em boas condições de uso, aplicando multa quando necessário.

São, ainda, responsabilidades do poder público para garantir a acessibilidade:

- reformar e adaptar vias;

- construir e reformar prédios públicos e fiscalizar prédios privados, de forma que sejam adequados ao acesso de todo público;
- garantir, nos estacionamentos, vagas próximas e acessíveis aos idosos, deficientes e pessoas com mobilidade reduzida, fiscalizando a existência e uso das vagas e a necessidade de aumento de vagas conforme local e demanda.
- facilitar o acesso do idoso com restrição de movimentos ao transporte público (ônibus, metrô, barcas);
- valorizar e recompensar contribuintes que constroem calçadas acessíveis.

Por fim, lembremos que não é só a calçada que precisa ser segura e acessível: também é importante que o local de residência do idoso seja apropriado – assim como seus calçados. **É dentro de casa que ocorrem o maior número de quedas de idosos, cerca de 70% dos casos.** Medidas simples podem ajudar a evitar quedas. Dentre outras, pode-se:

- colocar tapetes antiderrapantes nos

Para saber mais!

Saiba mais: Clicando no link abaixo você pode assistir um vídeo sobre como prevenir quedas de idosos, e se informar mais a respeito:

<http://www.einstein.br/einstein-saude/bem-estar-e-qualidade-de-vida/Paginas/como-prevenir-a-queda-de-idosos.aspx>

Site do Ministério da Saúde: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/dicas/184queda_idosos.html

- locais de circulação do idoso,
- evitar tapetes escorregadios,
- evitar o uso chinelos ou sapatos com sola escorregadia ou que deixem os pés muito “soltos” – o que pode facilitar uma torção ou queda,
- instalar banquinhos ou barras de apoio nos banheiros.

3.2.2 Políticas Públicas de Assistência Social ao Idoso



Selecionado no freepik

A assistência social integra, ao lado do direito à saúde e previdência social, o sistema da seguridade social previsto na CF/88. Esta foi a primeira constituição brasileira a considerar a assistência social como uma política pública.

A assistência social é uma política pública direcionada à proteção da população social mais vulnerável, e que (ao contrário da previdência social) não exige contribuição. Ou seja, para ter direito a receber aposentadoria (previdência social), é preciso contribuir para o INSS, mas para receber ajuda da assistência social, não. Um exemplo é o chamado Benefício de Prestação Continuada (BPC) que consiste no benefício de 1 salário mínimo aos idosos maiores de 65 anos com renda inferior a ¼ do salário mínimo (independente de contribuição).

A **Lei 8.742/1993**, que organiza a assistência social no Brasil, é conhecida como LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). Além da LOAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada em 2004, para a efetivação das políticas públicas de assistência social. Temos, por fim, o SUAS, Sistema Único de Assistência Social, que estabelece as regras para a operacionalização da PNAS.

A PNAS divide a responsabilidade da efetivação da assistência social entre as três esferas de governo (União, Estado e Municípios) (de forma similar ao SUS), sendo que os municípios têm papel de destaque na operacionalização e concreção de tais políticas. A PNAS também estabelece

Para fixar

As políticas públicas são ações positivas do Estado que visam à efetivação dos direitos sociais.

a gestão compartilhada da implantação dos conselhos do idoso; a criação de fundos de assistência social nas três esferas de governo; a criação de instâncias de pactuação e realização de conferências nos três níveis governamentais²⁰.

O financiamento da assistência social é de responsabilidade da União, Estados e Municípios e ocorre pelo fundo de assistência social.

O SUAS funciona a partir do mesma lógica do Sistema Único de Saúde, SUS, ou seja, atua de forma descentralizada e participativa. As ações de assistência social podem ser de dois tipos (duas categorias de atenção), conforme a natureza e a complexidade do atendimento: a) Proteção Social Básica; b) Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica (PSB) é “um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social estruturados para atender pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente de pobreza, apartação da sociedade, ausência de renda, fragilidade dos vínculos familiares e/ou comunitários, discriminação, entre outros”, e tem como objetivo:

“prevenir situações de risco social; estimular o desenvolvimento de vínculos familiares e comunitários; promover o autoconhecimento quanto à condição de vida e à relação com familiares e vizinhos, assim como a compreensão dos direitos sociais. (...) Isto é, a proteção social básica tem como foco principal a prevenção ao isolamento e ao abrigoamento”²¹.

Para efetivar a PSB estão à disposição dos idosos e seus familiares os Centros de Convivência para Idosos espaço que dispõe de oficinas e atividades (físicas, educativas, culturais) festas e bailes, salas de informática, biblioteca, oficinas de línguas e músicas e etc, a fim de estimular o conhecimento e interação entre idosos; Benefício de Prestação Continuada (BCP) regulamentado pela LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8742/1993) consiste no pagamento mensal de um salário mínimo a pessoa com mais de 65 anos ou com deficiência incapacitante que comprovem não dispor de meios suficientes para prover sua própria subsistência e de sua família; Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda às famílias de pobreza e extrema pobreza a fim de possibilitar os direitos de alimentação, educação e saúde, ações socioeducativas promovidas pelo Programa de Atenção Integral da Família (PAIF) e executado no CRAS, consiste no trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade social a fim de evitar o rompimento dos laços familiares e a violência no âmbito familiar, garantindo o direito à convivência familiar e ação e orientação de grupos de cuidadores de idosos visando maior profissionalização dos cuidadores buscando especialização em questões relacionadas à saúde do idoso.

Já a Proteção Social Especial (PSE) busca prestar atendimento especializado a idosos e familiares em situação de risco pessoal ou

social em decorrência de abandono, violência física e psíquica, negligência, abuso sexual e etc. O encaminhamento à proteção social especial é feito pelo CRAS, CREAS, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública.

Os serviços de PSE são classificados em:

- média complexidade – serviço prestado quando não ocorre a ruptura dos vínculos familiares e comunitários. Atende ao idoso que teve seus direitos violados e a seus familiares, em ambiente que permita atendimento especializado e acompanhamento.

- alta complexidade – serviço prestado quando há necessidade de retirar o idoso dos vínculos familiares e comunitários. Tal serviço deve propiciar a proteção integral do idoso, assegurando-lhe moradia, alimentação, higiene e trabalho protegido.

4. Conclusão

Olhar com atenção para as pessoas velhas, escutar o que elas têm a dizer, significa, em primeiro lugar, exercitar um profundo respeito pelo ser humano. São vidas cheias de valor (como toda vida humana!).

Mas escutar os idosos e idosas, nossos avôs e avós, nossos pais e mães, nossas bisas e nonos, não somente é expressão desse respeito profundo: é uma oportunidade imensa de aprender. Aprender com suas histórias, com suas vivências, com seus erros e acertos.

Espero que você tenha aprendido bastante sobre o Direito de Idosas e Idosos nesta unidade, mas acima de tudo, espero ter, ao menos um pouquinho, despertado em você a vontade de abrir e apurar seus olhos e ouvidos para ver e ouvir o que eles têm a dizer – sobre o que querem e como querem, como querem ser tratados, como querem viver, como querem morrer, sobre a vida, suas belezas e dificuldades.

O Direito do Idoso nada mais é do que o reconhecimento legal desse valor.

Espero que você possa, ativamente, contribuir para que esse reconhecimento cresça cada vez mais.

Glossário

Abuso Financeiro e Econômico: Consiste na exploração imprópria ou ilegal da pessoa idosa, ou uso não consentido por ela de seus recursos financeiros e patrimoniais.

Anedota: narrativa curta e engraçada, piada.

Arrebentação: local onde as ondas se quebram.

Autonegligência: conduta da pessoa idosa que ameaça a sua própria saúde ou segurança pela recusa em ter cuidados consigo mesma.

Coetânea: quem é da mesma idade ou época, contemporâneo.

Comorbidade: é um termo usado para descrever a ocorrência simultânea de dois ou mais problemas de saúde em um mesmo indivíduo. Esse é um fenômeno frequente na prática clínica, e sua identificação é um fator importante que afeta tanto o prognóstico dos pacientes como a conduta terapêutica do médico.

Denegado: pedido feito ao poder público ou a justiça que foi rejeitado, recusado ou indeferido.

Difamação: crime previsto no artigo 139 do Código Penal: Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação. Em termos jurídicos, difamar é perder a boa reputação, desmoralizar, ofender a honra objetiva da pessoa, ou seja, o juízo que terceiros fazem acerca dos atributos de alguém.

Exploração financeira e econômica: é a exploração imprópria ou ilegal ou o uso não consentido pela pessoa idosa de seus recursos financeiros e patrimoniais.

Habite-se: ato administrativo emanado de autoridade administrativa competente que autoriza o início da utilização efetiva de construção ou edificação destinada à habitação.

Hipossuficiente: A palavra vem da união dos termos hipo (pouco ou baixo) e suficiente. Hipossuficiente é a qualidade de uma pessoa que tem poucos recursos materiais (dinheiro, por exemplo) ou baixo acesso a informação e à justiça ou é considerada incapaz ou pouco capaz de se defender em situação de violação a seus direitos. Por exemplo, uma pessoa que não tem dinheiro para pagar um advogado sem prejudicar o sustento de sua família é considerada hipossuficiente.

Indubitável: que não deixa dúvida, incontestável.

Injúria: crime previsto no artigo 140 do Código Penal: Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro. Em termos jurídicos, injuriar significa atribuir qualidades negativas à

alguém ofendendo a sua honra subjetiva, ou seja, o que a pessoa pensa a respeito de si mesma.

Longevidade: longa duração de vida

Negligência: falta de cuidado ou atenção; desleixo.

Obsolescência: processo de tornar-se obsoleto, ultrapassado, superado.

País em desenvolvimento: país que possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre médio e baixo, base industrial em desenvolvimento e com renda baixa ou média auferida segundo o produto interno bruto per capita (PIB).

País desenvolvido: países que têm alto nível de desenvolvimento econômico e social, tomando como base: renda per capita, produto interno bruto per capita (PIB), industrialização e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual auferir riqueza, educação e expectativa média de vida.

Paternalismo: regime fundado na autoridade paterna.

Psicossomáticas: que pertence ao mesmo tempo ao orgânico e ao psíquico (distúrbio)

Renda per capita – a renda total de uma família dividida pelo número total de pessoas da família. Por exemplo, se uma família tem 4 pessoas e somente uma delas (por exemplo, a mãe) tem rendimentos, a renda per capita é calculada dividindo o valor da renda da mãe dividido por 4 (pois ela sustenta 4 pessoas com uma única fonte de renda).

Síndrome do Pânico: tipo de transtorno de ansiedade no qual ocorrem crises inesperadas de desespero e medo intenso de que algo ruim aconteça, mesmo que não haja motivo algum para isso ou sinais de perigo iminente.

Situação de risco pessoal ou social: ter os seus direitos violados ou estar em situação de contingência (pessoa com deficiência ou idosa necessitando de atendimento especializado).

Transtornos pós-traumáticos: é um distúrbio da ansiedade caracterizado por um conjunto de sinais e sintomas físicos, psíquicos e emocionais em decorrência de o portador ter sido vítima ou testemunha de atos violentos ou de situações traumáticas que, em geral, representaram ameaça à sua vida ou à vida de terceiros.

Valor Venal: estimativa do valor de determinado bem pelo poder público para servir de base de cálculo de certos impostos.

Vinculativo: aquilo que vincula

Recomendações de cartilhas, filmes, séries, vídeos, livros que falamosobre a temática de envelhecer

A lista a seguir tem indicações de comédias, dramas, aventuras, entrevistas, seriados, vídeos e outros materiais que adotam como temática o envelhecer e a velhice e/ou têm como protagonistas homens e mulheres idosos. Essas obras abordam a questão a partir de diversas perspectivas. Você pode usar esse material para se divertir e também para provocar a reflexão a respeito desse tema em seu trabalho ou com seus amigos e familiares.

Filmes, séries de TV, vídeos

Vídeos

“Café Filosófico (TV Cultura): A Bela Velhice”, com Mirian Goldenberg. Vídeo disponível online em <http://www.cpfcultura.com.br/wp/2014/08/06/a-bela-velhice-com-mirian-goldenberg-versao-tv-cultura/>

“Café Filosófico (TV Cultura): Velhice, pra que te quero?” com Jorge Forbes. Vídeo disponível online em <https://youtu.be/U51jRqgWFYc>

“Café Filosófico (TV Cultura): Viveremos trinta anos mais do que nossos avós – e daí?” - com Alexandre Kalache. Vídeo disponível online em <https://youtu.be/xE9KUtb-UoA>

Filmes: Comédias

“Elsa & Fred”, diretor: Michael Radford

“Garotas do calendário”, diretor: Nigel Cole.

“Última Viagem a Vegas”, diretor: Jon Turteltaub.

“RED- Aposentados e perigosos”, diretor: Robert Schwentke

“RED 2- Aposentados e ainda mais perigosos”, diretor: Dean Parisot

“Parenti é serpenti”, diretor: Mario Monicelli

“Alguém tem que ceder”, diretora: Nancy Meyers

Filmes: Dramas

“O Filho da Noiva”, diretor: Juan José Campanella

“Gran Torino”, diretor: Clint Eastwood

“Chuvas de Verão”, diretor: Carlos Diegues

“Tomates verdes fritos”, diretor: Jon Avnet

“O exótico hotel Marygold”, diretor: John Madden

“Minhas tardes com Margueritte”, diretor: Jean Becker

“Conduzindo Miss Daisy”, diretor: Bruce Beresford

“Amor”, diretor: Michael Haneke

“Ensina-me a viver”, diretor: Hal Ashby

“The clouds of Silsmaria”, director: Olivier Assaya.

“Antes de Partir”, diretor: Rob Reiner

“Dois irmãos”, diretor: Daniel Burman

“A Balada de Narayama”, diretor: Shohei Imamura

“Baleias de Agosto”, diretora: Lindsay Anderson

“Pai e Filha”, diretor: Yasujirô Ozu

Seriados

“Os experientes”, emissora: Rede Globo

“The golden girls”- “Super Gatas”, emissora: RedeGlobo

“Grace and Frankie”, Netflix.

Livros – sociologia, filosofia, história

“A solidão dos moribundos”. Autor: Norbert Elias

“Envelhecer e morrer”. Autor: Norbert Elias

“Aforismos para sabedoria de vida”. Autor: Arthur Schopenhauer

“A velhice”. Autora: Simone Beauvoir.

“A bela velhice”. Autora: Mirian Goldenberg

“Todos os homens são mortais”. Autora: Simone de Beauvoir

“Memória & sociedade: lembrança de velhos”. Autora: Ecléa Bosi

“Saber Envelhecer”. Autor: Marcus Tullius Cícero

“Coroas: Corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade”. Autora: Mirian Goldenberg

Livros –prosa (ficção) e poesia.

“Leite derramado”. Autor: Chico Buarque

“Máquina de fazer espanhóis”. Autor: Valter Hugo Mãe

“As horas nuas”. Autora: Lygia Fagundes Telles

“Agda”. Autora: Hilda Hilst

“Ninguém escreve ao coronel”? Autor: Gabriel Garcia-Marquez

“Memorial de Aires”. Autor: Machado de Assis

“Fim”. Autora: Fernanda Torres.

Materiais online (entrevistas, textos)

“Me chamem de velha”. Autora: Eliane Brum. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/02/me-chamem-de-velha.html>

Rubem Alves. “Carta aos filhos de pais velhos”. Disponível em <http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/acervo/cronicas/cronicas11.htm>

A mulher de 50 anos. Entrevista com Mirian Goldenberg. Portal G1. Disponível em <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2008/12/05/entrevista-mirian-goldenberg/>

“Coma os morangos”. Entrevista com Rubem Alves. Disponível em <http://www.valor.com.br/cultura/2881774/coma-os-morangos>

Sites e Portais online

Portal do Envelhecimento: crônicas de vários autores e autoras (como Mario Prata, Rubem Alves, Joao Ubaldo Ribeiro, Ivan Ângelo) sobre o envelhecimento, e muitas outras informações <http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/acervo/cronicas/cronicas.htm>

A terceira idade - <http://www.aterceiraidade.com>

Revista online – Terceira Idade - <http://www.revistaterceiraidade.com.br>

Portal Idosos - <http://idosos.com.br/>

Cartilhas e materiais didáticos

Cartilha: “Cidadão Idoso - Parceiro de uma Vida Inteira” (Previdência Social e Assistência Social) http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1_121017-104915-755.pdf

5. Bibliografia

AGE. Uma Sociedade Europeia para Todas as Idades. Disponível em http://www.age-platform.eu/images/stories/EN/Leaflet_PT_final.pdf Acesso em 09 abril 2015.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Cartilha Estatuto do Idoso 2013. Disponível em <http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/openCMS/export/sites/politicaspUBLICAS/documentos/Cartilha-Estatuto-do-Idoso-2013-Portal-ALMG.pdf> Acesso em 21 abril 2015.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Políticas Públicas ao seu Alcance. Idoso. Disponível em http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/temas/idoso/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=11403&tagAtual=11403 Acesso 09 abril 2015.

Associação dos Cuidadores de Minas- ACI/MG. Missão. Disponível em <http://www.aciminas.com.br/index.php?p=conteudo&pid=34> Acesso em 05 out 2015.

Assunção, Gilmar de Oliveira; Curi, Juliana Araújo Silmão. Os Direitos dos Idosos no Direito Internacional e no Direito Brasileiro. Disponível em <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/22-direito.pdf> Acesso em 08 abril 2015.

Bocatto, Marcia. Vigilância em Saúde.UNA-SUS. UNIFESP. Disponível em http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade11/unidade11.pdf Acesso em 05 out 2015.

Brasil. Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm Acesso em 07 abril 2015.

Brasil. Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm Acesso em 07 abril 2015.

Brasil. Lei 12.213 de 20 de janeiro de 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12213.htm Acesso 05 de abril 2015.

Centro Interdisciplinar de Assistência e Pesquisa em Envelhecimento (CIAPE). O CIAPE. Disponível em <http://www.ciape.org.br/ociape.html> Acesso em 05 out 2015.

Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP). Nossos serviços. Disponível em <http://www.cobap.org.br/pagina/15/nossos-servicos> Acesso em 05 out 2015.

Coordenadoria de Desenvolvimento e Políticas da Saúde- CODEPPS- Caderno de Violência contra Pessoa Idosa, 2007. Disponível em <http://midia.pgr.mpf.gov.br/pfdc/15dejunho/>

caderno_violencia_idoso_atualizado_19jun.pdf Acesso em 09 abril 2015.

Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais. Conheça a FAP. Disponível em <http://fapmg.org.br/plus/modulos/conteudo/?tac=conheca-a-fap> Acesso em 05 out 2015.

Couto, Maria Clara P. de Paula. Fatores de risco e de proteção na promoção de resiliência no envelhecimento. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Porto Alegre, 2007. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/11238>

_____; Koller, Silvia Helena; Novo, Rosa; Soares, Pedro Sanchez. Avaliação da discriminação contra idosos no contexto brasileiro- ageismo, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000400006 Acesso em 09 abril 2015.

Governo do Estado de São Paulo. Políticas Públicas para a pessoa idosa: marcos legais e regulatórios. Disponível em http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/biblioteca/publicacoes/volume2_Politicas_publicas.pdf Acesso em 20 abril 2015.

Guimarães. Marcelo Pinto. Municípios Construindo Acessibilidade: o que todo prefeito deve saber... Disponível em http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=cartilha_acessibilidade_governomg_ufmg.pdf Acesso em 20 abril 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE- Indicadores Sociodemográficos e de saúde no Brasil, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42597.pdf> Acesso em 09 abril 2015

Loureiro, Altair Macedo Lahud. Velhice, Imaginário e Cultura: possibilidade na diversidade. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6666/5381> Acesso em 08 abril 2015.

Micheletti, Ana Lydia N. S.; Garcia, Doralice; Melicchio, Fernanda A.; Vagastello, Lucilena. Produção Científica sobre Violência contra o Idoso nas Bases Scielo e Lilacs. 2011. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PINFOR/article/viewFile/3170/3035> Acesso em 09 abril 2015.

Minayo, Maria Cecília de Souza. Violência Contra Idosos: o Averso de Respeito à Experiência e à Sabedoria. 2005. Disponível em http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_livros/18.pdf Acesso em 09 abril 2015.

Minas Gerais. Conselho Estadual do Idoso. Disponível em <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2010/idoso/docs/silvania.pdf> Acesso em

05 out 2015.

Minas Gerais. Lei estadual 13.763 de 30 de novembro de 2000. Disponível em http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=13763&comp=&ano=2000&aba=js_textoAtualizado#texto Acesso em 09 abril 2015.

Minas Gerais. Lei estadual 17.249 de 27 de dezembro de 2007. Disponível em http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=17249&comp=&ano=2007&aba=js_textoOriginal#texto Acesso em 09 abril 2015.

Minas Gerais. Lei estadual 21.121 de 03 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/media/uploads/2014/02/28/lei-21121-de-03012014.pdf> Acesso em 09 abril 2015.

Ministério da Saúde. Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento. Brasília-DF. 2010. Disponível em http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_pessoa_idosa_envelhecimento_v12.pdf Acesso em 21 abril 2015

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social. SUAS e População em Situação de Rua. Volume IV. 2013. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/perguntas-e-respostas-servico-especializado-em-abordagem-social.pdf/view> Acesso em 19 abril 2015.

Ministério Público do Estado de São Paulo e Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Cartilha do Idoso. 2007. Disponível em <http://www.anadep.org.br/wtksite/cartilhaidoso.pdf>. Acesso em 20 abril 2015.

Nações Unidas no Brasil. A ONU e as pessoas idosas Disponível em <http://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/> Acesso 09 abril 2015.

Novelino, Marcelo. Manual de Direito Constitucional. 9ª edição. São Paulo. Editora Método. Porto, Mayla. A Política Nacional do Idoso: um Brasil para todas as idades. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/envelhecimento/texto/env02.htm> acesso em 20 abril 2015.

Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento. Brasília. 2003. Disponível em http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.

pdf Acesso em 03 outubro 2015.

Previdência Social. Cidadão Idoso Parceiro de uma Vida Inteira. Disponível em http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/1_121017-104915-755.pdf Acesso em 09 abril 2015.

Ramos, Paulo Roberto Barbosa; Logrado, Yuri Sampaio Capellato; Perdigão, Viviane Freitas; Lima, Geórgia Kerle Santos; Caldas, Alyne Mendes. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. Políticas Públicas Direcionadas ao Idoso: aplicabilidade do artigo 4º do Decreto nº 1.948/96. Universidade Federal do Maranhão. 23 a 26de agosto 2005. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Paulo_Roberto_Yuri_Viviane_Georgia_Karle_Santos_Aline.pdf Acesso em 03 outubro 2015.

Sanches, Ana Paula R. Amadio; Lebrão, Maria Lúcia; Duarte, Yeda Aparecida de Oliveira. Violência Contra Idosos: uma questão nova? 2008. Disponível em https://www.google.com.br/l?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDcQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br%2Fbiblioteca%2F_artigos%2F57.pdf&ei=CLkhVfOhBcjMsAWSiYGoBQ&usg=AFQjCNEHmD83yZCKOKWWoNHk-KELEo6p5Q&sig2=F0ObUJXsG9qb7FH_ac3Q7Q Acesso em 09 abril 2015.

Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento. Emprego Digno: Inclusão Social e Proteção Social. Disponível em <https://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/ageing/Emprego-Digno.pdf> Acesso em 09 abril 2015.

Silva, Ferlice Dantas; Souza, Ana Lúcia. Diretrizes Internacionais e Políticas para o Idoso no Brasil: a ideologia do envelhecimento ativo, 2009. Disponível em http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=235 Acesso em 08 abril 2015.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Departamento de Promoção dos Direitos Humanos. Coordenação Geral dos Direitos do Idoso. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Documentos Legais. Disponível em http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/legislacao/copy2_of_DOCUMENTOS_LEGAIS.pdf Acesso em 08 abril 2015.

Serra. Jacira do Nascimento. Violência Simbólica Contra os Idosos: forma sigilosa e sutil de constrangimento. Universidade Federal do Maranhão.2010. Disponível em http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=236 Acesso em 20 abril 2015.

Serviço Social do Comércio (SESC). Trabalho Social com Idoso. Atividades. Disponível em <http://www.sesc.com.br/portal/Assistencia/Trabalho+Social+com+Idosos/Atividades> Acesso em 05 out 2015.

Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Geriatria: Guia de Vacinação. 2013/2014. Disponível em <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/guia-de-vacinas.pdf> Acesso em 03 de out de 2015.

Strattner, Ralpg. Envelhecer: um problema ou uma conquista?. Boletim Qualifique, edição nº 25, abril/maio/junho 2009, ano VII. Disponível em http://www.controllab.com.br/qualifique/pop_ed25_interagindo.htm Acesso em 08 abril 2015.

Sistema Único de Saúde (SUS). Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa- COSAPI. Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/808-sas-raiz/daet-raiz/saude-da-pessoa-idosa/11-saude-da-pessoa-idosa/12330-apresentacao-sp-idosa> Acesso em 05 out 2015.

Targino, Maria das Graças. Estatuto do Idoso: rumo a uma sociedade para todas as idades? In: O Social em Questão. Ano XVIII, nº 31- 2014. Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_31_10_Targino_SL.pdf . Acesso em 06 abri. 2015.

Toaldo, Adriane Medianeira; Machado, Hilza Reis. Abandono Afetivo do idoso pelos familiares: indenização por danos morais. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11310 Acesso em 09 abril 2015.

Veiga Júnior, Celso Leal da; Pereira, Marcelo Enrique. Comentários ao Estatuto do Idoso . São Paulo: Ltr, 2005.

Imagens:

<http://www.guarapari.es.gov.br/v3/index.php/noticias-setac/1219-campanha-de-conscientizacao-da-violencia-contr-a-pessoa-idosa-disque-100.html>

<http://www.aterceiraidade.com/cuidado-com-idosos/violencia-contr-idoso/>

Notas

1. Fabio Aristimunho Vargas. “Pré-dados”. São Paulo: Lumme Editor, 2010.
2. Loureiro, Altair Macedo Lahud. Velhice, imaginário e cultura: possibilidades na diversidade. Linhas Críticas. Brasília. V. 6. N. 11. Julho/dezembro 2000. Página 6.
3. Adotados pela Resolução 46/91.
4. Brasil. Lei 12.213 de 20 de janeiro de 2010. Artigo 1º, caput.
Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12213.htm
Acesso 05 de abril 2015. Lei 12.213 de 20 de janeiro de 2010.
5. Veiga Júnior, Celso Leal da; Pereira, Marcelo Henrique. Comentários ao Estatuto do Idoso . São Paulo: Ltr, 2005.
6. Minas Gerais. Lei Estadual 12.666 de 04 de novembro de 1997. Artigo 5º, inciso II.
Disponível em <http://www.sedese.mg.gov.br/em-situacao-de-abuso-e-exploracao-sexual/page/536-lei-12666> Acesso em 20 abril 2015.
7. Couto, Maria Clara P. de Paula; Koller, Silvia Helena; Novo, Rosa; Soares, Pedro Sanchez. Avaliação da discriminação contra idosos no contexto brasileiro- ageismo, 2009. Página 514.
Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000400006 Acesso em 09 abril 2015.
8. Art. 3º A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:
(...)
III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
9. Sanches, Ana Paula R. Amadio; Lebrão, Maria Lúcia; Duarte, Yeda Aparecida de Oliveira. Violência Contra Idosos: uma questão nova? 2008. Página 5
Disponível em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cad=rja&uact=8&ved=0CDcQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br%2Fbiblioteca%2F_artigos%2F57.pdf&ei=CLkhVfOhBcjMsAWSiY-GoBQ&usg=AFQjCNEHmD83yZCKOKWWoNHk-KELEo6p5Q&sig2=F0ObUJXsG9qb-7FH_ac3Q7Q Acesso em 09 abril 2015.
10. Coordenadoria de Desenvolvimento e Políticas da Saúde- CODEPPS- Caderno de Violên-

cia contra Pessoa Idosa, 2007. Página 27.

Disponível em http://midia.pgr.mpf.gov.br/pfdc/15dejunho/caderno_violencia_idoso_atualizado_19jun.pdf Acesso em 09 abril 2015.

11. Serra. Jacira do Nascimento. Violência Simbólica Contra os Idosos: forma sigilosa e sutil de constrangimento. Universidade Federal do Maranhão. 2010. Página 4.

Disponível em http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=236 Acesso em 20 abril 2015.

12. Novelino, Marcelo. Manual de Direito Constitucional. 9ª edição. São Paulo. Editora Método. Página 619/620.

13. MELO, Nehemias Domingos de. Abandono Moral: fundamentos da responsabilidade civil. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v. 6, n. 34, p. 32, mar./abr. 2005b.

14. Artigo 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§1º. Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§2º. Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

15. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social. SUAS e População em Situação de Rua. Volume IV. 2013. Página 14.

16. Couto, Maria Clara P. de Paula. Fatores de risco e de proteção na promoção de resiliência no envelhecimento. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Porto Alegre, 2007.

Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/11238>, p.31

17. Couto, Maria Clara P. de Paula. Fatores de risco e de proteção na promoção de resiliência no envelhecimento. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Porto Alegre, 2007.

Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/11238>

18. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Estatuto do Idoso. Lei 10.741 de 01 de

outubro de 2003. 2013. Página 80. Disponível em

19. Guimarães. Marcelo Pinto. Municípios Construindo Acessibilidade: o que todo prefeito deve saber...

Disponível em http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlic=cartilha_acessibilidade_governomg_ufmg.pdf Acesso em 20 abril 2015. Página 11.

20. Governo do Estado de São Paulo. Políticas Públicas para a pessoa idosa: marcos legais e regulatórios.

Disponível em http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/biblioteca/publicacoes/volume2_Politicapublicas.pdf Acesso em 20 abril 2015. Página 14.

21. Governo do Estado de São Paulo. Políticas Públicas para a pessoa idosa: marcos legais e regulatórios.

Disponível em http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/biblioteca/publicacoes/volume2_Politicapublicas.pdf Acesso em 20 abril 2015. Página 21.

Sobre a autora.

Prof. Dra. Maria Emilia Accioli Nobre Bretan

Emilia Bretan é pesquisadora, avaliadora e capacitadora nas áreas de Desenvolvimento e Direitos Humanos. Doutora em Ciências: Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde também realizou estudos de graduação e mestrado, pesquisando temáticas da infância e juventude na intersecção com a criminologia e o direito criminal. Foi docente nas graduações em Direito da FACAMP e da Universidade Mackenzie e docente voluntária na Faculdade de Direito da USP. Co-fundou e co-coordenou o Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade (GDUCC-USP), uma referência nacional em iniciativas de intervenção no cárcere. Foi co-fundadora do NECA (Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescente) e membro de sua primeira diretoria. Entre 2005 e 2012 coordenou projetos e programas de intervenção social e capacitação de profissionais e da sociedade civil e realizou pesquisas e consultorias. Dentre esses trabalhos, destacam-se a gestão do projeto Child Protection Partnership - CPP (financiado pelo Governo do Canada), consultoria para PNUD/ Ministério da Justiça/Sistema Penitenciário Federal, e a Pesquisa Por Ser Menina no Brasil (Plan International Brasil). Desde 2014 dedica-se à consultoria em avaliação e pesquisa em tempo integral, com foco em avaliação, tendo prestado serviços para o Banco Mundial, Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, Kindernothilfe (KNH) e outros. É autora de inúmeros artigos e capítulos de livro, palestrante e professora convidada em diversos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, e participa ativamente de conferências e oportunidades de diálogos nacionais e internacionais em suas áreas de atuação.

